



ATA Nº2/2025

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO -----

----- Aos trinta dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2025 referente à sessão ordinária de 28.02.2025 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2025 -----

----- **02.03** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2024 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Mapa de Pessoal.

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Minuta de adenda ao contrato de "P100/2024 - Requalificação da Estrada de Minde - Troço entre o KM 72+890 e o KM 75+875 - Fase 2 (10466/2024)" – Segunda revisão orçamental e retificação dos compromissos plurianuais -----



- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – requalificação das instalações do pavilhão e do campo de jogos da Escola Básica e Secundária de Ourém – propostas de protocolos -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – P085/2025 – fornecimento de matéria prima e serviços para as refeições escolares – ano letivo 2025-2026 (9771/2025) – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – confeção e acompanhamento de refeições escolares – ano letivo 2025/2026 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar – ano letivo 2025/2026 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – proposta de prestação de serviços de apoio técnico em segurança e higiene no trabalho – 2025/2028 – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Grupo Desportivo e Cultural Eirapedrense – proposta de contrato de comodato -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de “Regulamento do Provedor dos Animais do Município de Ourém” – versão final -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Seiça – pedido de isenção de taxas -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – pedido de isenção de taxas -----



- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia – pedido de isenção de taxas -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda – cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda – pedido de isenção de taxas -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – AXPortugal – Associação para a Promoção, Ensino e Prática de Xadrez – Circuito “Xadrez no Museu 2025” – pedido de isenção de taxas -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comando Distrital de Santarém da Polícia de Segurança Pública – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Helena Santos Pereira -----
- Mónica Filipa Gaspar Faria -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Tiago Ferreira Simões Vieira -----
- Joana Casimiro Rosado -----
- Francisco Emanuel Marques Lopes -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----
- Victor Oliveira Santos -----
- João Filipe Campos Catarino -----
- Jorge Pereira da Silva -----



----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), procedeu-se à substituição do membro da Assembleia Municipal: -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques, PPD/PSD, foi substituído por **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fizeram-se representar os presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Tesoureira Marta Cristina Pereira da Silva -----



----- Freguesia de Seiça, Secretário José Custódio Ribeiro Faria -----
 ----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----
 ----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
 ----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----
 ----- Rui Manuel Simões Vital -----
 ----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----
 ----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----
 ----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
 ----- Gonçalo Santos Pires Bento -----
 ----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva ausência, a Vereadora em regime de permanência:-----
 ----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
 ----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 01/2025 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 28.02.2025 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na citada sessão.** -----



01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.

----- A Assembleia Municipal esteve representada, desde a última sessão datada de 28 de fevereiro 2025, nas seguintes iniciativas: -----

- III Ente Bandas 2025, AMBO, Ourém -----
- II Gala do Desporto e de Atividade Física do Concelho de Ourém, Município de Ourém, Ourém -----
- BTL – Bolsa Turismo Lisboa, Município de Ourém, Lisboa -----
- II Convívio Sénior da Freguesia de Seiça, Freguesia de Seiça, Seiça -----
- Dia da Freguesia de Urqueira, Freguesia de Urqueira, Urqueira -----
- VII edição da Assembleia Jovem de Ourém, apresentação dos projetos, Assembleia Municipal de Ourém, Ourém -----
- Reunião Comissão Planeamento Estratégico, Ourém -----
- Inauguração da Unidade de Cuidados Continuados – Convalescença em Fátima, Portugal Sénior Health Care, Fátima -----
- Reunião Assembleia Intermunicipal Médio Tejo, CIM Médio Tejo, Tomar -----
- Comemorações do 25 de Abril, Município de Ourém, Ourém -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da AMO, apresentou o seguinte voto de pesar: “O mundo ainda chora a morte de Sua Santidade, o Papa Francisco, que morreu no passado dia 21 de abril, aos 88 anos, em Roma. -----



Jorge Mário Bergoglio, nascido em Buenos Aires, na Argentina, tornou-se o primeiro Papa latino-americano da história ao ser eleito em 13 de março de 2013. -----

O Papa Francisco marcou o nosso tempo com uma presença única, feita de simplicidade, alegria, compaixão e coragem. Numa era marcada por incertezas, desigualdades crescentes e sinais de distopia social, económica e ambiental, destacou-se como uma voz lúcida e profética, profundamente comprometida com os valores da justiça, da solidariedade e da fraternidade universal. -----

Francisco foi também o Papa da alegria, da proximidade aos mais pobres e esquecidos, e da esperança ativa. Relembrou-nos, com palavras e gestos, que a política deve estar ao serviço do bem comum, e que a dignidade de cada pessoa está no centro de qualquer projeto verdadeiramente humano. -----

Neste momento de sentido pesar, particularmente para a comunidade cristã, mas igualmente para os diferentes credos que respeitaram a sua obra, queremos recordar a devoção sempre presente do Papa Francisco e da sua íntima ligação a Fátima. -----

Portugal e particularmente o nosso concelho, teve a honra de receber o Santo Padre por duas vezes, em momentos marcantes que ficarão para sempre na memória coletiva do povo português. Em 2017, por ocasião do centenário das aparições de Fátima, presidiu às celebrações no Santuário e canonizou os Pastorinhos Francisco e Jacinta Marto, consolidando o papel de Fátima como altar do mundo. Em 2023, regressou para a Jornada Mundial da Juventude, no encontro jubiloso com centenas de milhares de jovens, renovando a esperança e o compromisso com os valores do Evangelho e da fraternidade universal. -----

No dia 5 de agosto de 2023 veio até à cidade de Fátima, onde foi recebido por milhares de peregrinos e fiéis, orou o terço com jovens doentes na capelinha das aparições e deixou uma mensagem de esperança. -----

Recordamos que nesse dia e como anfitriões, tivemos a oportunidade de receber Sua Santidade o Papa Francisco, e de entregar a distinção honorífica mais elevada do Município de Ourém, a Chave da Cidade. -----

Neste momento de luto que assola todo o mundo, a Assembleia Municipal de Ourém presta a mais sentida homenagem a Sua Santidade o Papa Francisco, reconhecendo a sua obra, os



seus ensinamentos, a sua mensagem de profunda esperança, mas também um exemplo de humanidade, humildade e serviço ao próximo. Que a sua memória permaneça viva entre nós como símbolo de fé, fraternidade e serviço ao próximo. -----

Consideramos o envio do presente Voto de Pesar ao Bispo Diocesano, D. José Ornelas e ao Sr. Reitor do Santuário de Fátima.” -----

-----Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado, por unanimidade, tendo-se respeitado, um minuto de silêncio. -----

----- VOTO DE PESAR -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da AMO, apresentou o seguinte voto de pesar: “Faleceu no passado dia 17 de março, aos 83 anos, o Padre António Lopes de Sousa. -----

Filho de Cândido Rodrigues de Sousa e de Josefa de Jesus, nasceu a 10.11.1941, em Casal da Bica (Gondemaria). Entrou para o Seminário de Leiria (em Fátima) a 15.10.1953, tendo terminado o Curso Filosófico-Teológico em julho de 1968. Foi ordenado sacerdote a 18.10.1968, pelo bispo auxiliar D. Domingos de Pinho Brandão, na igreja do Seminário Diocesano de Leiria. -----

Começou o exercício do seu ministério presbiteral, como coadjutor, na paróquia de Porto de Mós (1968-1969). Em janeiro de 1970, assumiu as funções de pároco do Arrimal e da Mendiga, tendo, nesta última, dinamizado a construção da nova igreja paroquial. Em agosto de 1979, foi nomeado secretário episcopal de D. Alberto Cosme do Amaral, e, em 1986, acumulou com a paróquialidade do Arrabal. -----

Em setembro de 1988, foi nomeado capelão do Santuário de Fátima, deixando todas as funções que exercia em Leiria; em julho de 1994, assumiu a administração do mesmo Santuário. Em janeiro de 2001, passou a integrar a Comissão Diocesana de Arte e Património. A 15 de julho de 2008, cessou as funções administrativas no Santuário de Fátima, continuando como membro do Corpo de Capelães até 2021. De 2007-2021 integrou o Conselho Diocesano para os Assuntos Económicos. Em 2021, por motivo de saúde, passou a residir na Casa Diocesana do Clero. -----



Pelo trabalho, envolvimento e proximidade junto de diversas associações, instituições e da população do concelho, a Assembleia municipal de Ourém propõe um voto de pesar pelo falecimento do Padre António Sousa. -----

Neste momento de luto, consideramos propor o envio do presente Voto de Pesar ao Bispo Diocesano, D. José Ornelas, bem como à família enlutada. Que esta possa encontrar conforto na lembrança das virtudes e contribuições inestimáveis do Padre António Sousa, que transcenderam o seu papel religioso.” -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado, por unanimidade, tendo-se respeitado, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO DE RECONHECIMENTO** -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da AMO, apresentou o seguinte voto de pesar: “Ao longo dos últimos 12 anos, o Posto de Fátima da Guarda Nacional Republicana contou com o profissionalismo do Sargento Mor Nuno Miguel Jorge Pires, primeiro como adjunto de comando, durante quatro anos, para em 2017 ascender ao lugar de comandante daquela guarda. -----

No passado mês de janeiro, Nuno Jorge cessou funções como comandante do Posto de Fátima, para assumir novas responsabilidades como Adjunto do Comando Territorial de Santarém. -----

Coordenou de forma exemplar as operações Fátima, durante as grandes peregrinações, sobretudo de maio, agosto e outubro, bem como as visitas de Sua Santidade, o Papa Francisco, por duas ocasiões. -----

Pela sua conduta exemplar enquanto comandante da GNR de Fátima, e pelo contributo que deu ao concelho de Ourém, a Mesa da Assembleia Municipal de Ourém propõe a atribuição de um voto de reconhecimento ao Sargento Mor Nuno Miguel Jorge Pires, desejando-lhe as maiores felicidades pessoais e profissionais.” -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Reconhecimento aprovado, por unanimidade** -----

----- **VOTO DE RECONHECIMENTO** -----



= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da AMO, apresentou o seguinte voto de pesar: “Tomámos conhecimento de que o Comandante da Esquadra da PSP de Ourém, Chefe João Rodrigues, cessou as suas funções para passar à posição de aposentado, desde o dia 31 de março. Sabendo que a vida profissional do Chefe João Rodrigues se confunde com o exercício de funções públicas, intimamente ligadas com o nosso concelho, é justo endereçar uma palavra pela dedicação disposta ao serviço de toda a nossa comunidade. -----

Desta forma, em nome dos Ourenses, agradecemos toda a colaboração, profissionalismo, elevação e cordialidade que sempre manteve no relacionamento com todas as autoridades e instituições do concelho. -----

Como forma de reconhecimento pelo trabalho, disponibilidade, esforço e cooperação institucional, a Mesa da AMO propõe a atribuição de um voto de reconhecimento a João Rodrigues, formulando votos das maiores felicidades nesta nova etapa da sua vida.” -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Reconhecimento aprovado, por unanimidade** -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----

Público na sala e em casa, -----

Alunos da AJO -----

Comunicação social, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Os portugueses vão ser novamente chamados a votar no dia 18 de maio em resultado da irresponsabilidade e da falta de compromisso com o país por parte de dois partidos: o PS e o CHEGA. -----



Ambos os partidos colocaram os seus interesses partidários acima do interesse nacional. A sua incapacidade de dialogar, de negociar e de encontrar soluções de compromisso levou-nos a esta situação. -----

Estas eleições antecipadas representam um custo elevado para o país. Um custo económico, social e político que poderia ter sido evitado se o PS e o CHEGA tivessem demonstrado um mínimo de responsabilidade e de sentido de Estado. -----

Esta “*coligação negativa*” entre o PS e o CHEGA foi uma constante no Parlamento e não seria assim tão improvável o PS tentar, após as eleições, um entendimento com o CHEGA para chegar a São Bento. -----

Bem sei que parece um cenário improvável, mas durante 40 anos disseram o mesmo sobre a possibilidade de acordos de governo entre o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda. -----

Só foram anormais até o PS decidir que passariam a ser normais em 2015. -----

Tal como foi o PS que decidiu quando se deveria acabar com as linhas vermelhas ao PCP e ao Bloco, é bem possível que seja também o PS, a quebrar as linhas vermelhas com o CHEGA. ---

A história ensina-nos que alianças improváveis podem ocorrer em momentos de necessidade política. A sede de poder do PS e a vingança do CHEGA ao “*não é não*” do PSD podem levar estes partidos a ultrapassarem as suas diferenças ideológicas e unirem forças num futuro governo. -----

Esta potencial aliança de polos ideológicos distintos levantaria sérias questões sobre o futuro da nossa democracia e os valores que a sustentam. -----

Por isso, é importante que os oureenses estejam atentos e informados sobre as possíveis consequências de manter e prolongar uma coligação pós-eleitoral entre o CHEGA e o PS. Devemos questionar as motivações e os objetivos desta aliança, e avaliar o seu impacto na nossa democracia e na nossa sociedade. -----

Caros colegas, -----

Vamos para eleições porque o PS e o CHEGA lançaram graves acusações e insinuações torpes sobre a vida pessoal do Primeiro-Ministro. -----

Já percebemos que Luís Montenegro, afinal... -----

- Nunca teve uma imobiliária; -----



- Que a cedência da quota é legal aos olhos de alguns dos melhores constitucionalistas; -----
 - Que nunca foi avençado do grupo Solverde; -----
 - Que declarou todas as suas contas ao Tribunal de Contas e à Entidade da Transparência; ----
 - Que o segundo apartamento foi pago com um cheque identificado na escritura e de uma conta declarada; -----
 - Que as obras em casa não são ilegais; -----
 - Que a suposta empresa da proteína de insetos do filho era, pasme-se, um trabalho académico; -----
 - Que a linha do TGV não foi alterada por este governo... -----
 - Alguma entidade imputou ao Primeiro-Ministro ilegalidades? Não! -----
 - Alguma entidade imputou ao Primeiro-Ministro um comportamento ilícito? Também não! -----
- Perguntam os oureenses incrédulos: então porque o PS e o CHEGA derrubaram o governo? ---
 Eis a resposta: travar o ritmo de crescimento e de desenvolvimento que o governo tem dado ao nosso país. -----
- Em apenas um ano foi feito muito do que o PS não fez em 8 anos e esta boa governação assustou e ameaçou as oposições. -----
- Dirijo-me agora aos oureenses que nos veem e ouvem, com esperança no futuro do nosso país. -----
- Nestas eleições, a AD – Aliança Democrática apresenta-se como a força que quer continuar a renovar Portugal. Somos uma coligação que partilha os valores da liberdade, da justiça social e da responsabilidade. Acreditamos num Portugal moderno, dinâmico e próspero, onde todos tenham oportunidades para construir um futuro melhor. -----
- Propomos uma política económica responsável, que incentive o investimento, crie emprego e promova o crescimento sustentável. -----
- Queremos um sistema de saúde público forte e eficiente, que garanta o acesso a cuidados de qualidade para todos. Defendemos uma educação de excelência, que prepare os nossos jovens para os desafios do século XXI. -----



Acreditamos num Estado que sirva os cidadãos, e não o contrário. Queremos um Estado eficiente, transparente e livre de burocracia, que promova a justiça e a igualdade de oportunidades. -----

Defendemos uma imigração controlada, que não ponha em causa o humanismo e a segurança nacional, como fez o PS. -----

Em nome da minha bancada, apelo a todos os oureenses para que a 18 de maio depositem a sua confiança na AD. Votem na coligação PSD/CDS para construir um Portugal melhor, um Portugal de futuro.” -----

= **VICTOR DE OLIVEIRA SANTOS**, Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação, -----

Caros colegas -----

Jovens da AJO, -----

Público presente e que assiste também pelo YouTube e acompanha via rádio. -----

Estamos a poucos dias de um momento particularmente importante para o país. -----

As eleições legislativas que se aproximam constituem uma oportunidade para refletirmos sobre o rumo que queremos dar a Portugal, nos próximos anos. -----

O Partido Socialista apresenta-se com um sentido de responsabilidade, com um projeto claro e com a consciência tranquila de quem governou em tempos difíceis, mas de quem queria fazer mais. Nunca perdeu de vista os valores essenciais da justiça social, da igualdade e da dignidade das pessoas. -----

Sob a liderança do Primeiro-Ministro António Costa, enfrentámos desafios, de grande complexidade: a pandemia, o início da guerra na Europa, com efeitos na inflação e subida das taxas de juro, colocaram à prova a resiliência da sociedade portuguesa. Em resposta, o PS foi capaz de proteger o emprego, manter a estabilidade económica e reforçar os apoios sociais.

O salário mínimo nacional foi aumentado anualmente. As pensões foram atualizadas. Os apoios às famílias foram reforçados. E a resposta à crise foi célere e eficaz. -----

Este caminho permitiu-nos avançar em várias frentes. Reduzimos a taxa de desemprego para mínimos históricos. Demos início a uma revolução e uma transformação no Serviço Nacional



de Saúde, com investimentos em novas infraestruturas, contratação de profissionais e reforço dos cuidados de proximidade. Investimos na escola pública, na digitalização do Estado e na promoção de habitação acessível -----

Estas são marcas de uma governação que respeita os compromissos assumidos e coloca as pessoas no centro da ação política. -----

Neste novo ciclo que se vai iniciar, propomos continuar este trabalho, com renovada ambição.

O país exige mais e o Partido Socialista está preparado para responder. -----

Entre as principais prioridades estão a valorização do trabalho de rendimentos e o compromisso de continuar a melhorar os salários e combater a precariedade. -----

A habitação acessível especialmente para jovens e famílias da classe média, como forma de garantir condições básicas e de estabilidade às pessoas; -----

O contínuo reforço do Serviço Nacional de Saúde, onde foi iniciado um processo -----

Uma aposta numa educação pública de qualidade e numa transição energética justa, que respeite o ambiente e promova a coesão social e territorial. -----

E, por fim, a defesa da nossa democracia. Num tempo de populismo e desinformação que colocam em causa valores fundamentais da nossa convivência cívica, estas propostas assentam numa visão progressista, mas realista. -----

O PS acredita que o progresso se constrói com equilíbrio, com diálogo e com respeito pelas instituições democráticas. Sabemos que há muito a fazer e que nos apresentamos a estas eleições com humildade, mas também com a firme convicção de que temos condições para continuar a servir o nosso país. -----

Não podemos ignorar também um problema que enfraquece a nossa democracia. A elevada taxa de abstenção. Votar é um dever cívico e este é o momento em que cada cidadão deve exercer o seu direito de voto de forma informada e consciente para a melhoria do nosso futuro coletivo. Ficar em casa é permitir que outros decidam por nós. Por isso, apelamos à participação informada e consciente de todos. -----

Estamos preparados para continuar a liderar com responsabilidade e servir os portugueses. No dia 18 de Maio é isso que está em causa. -----

A continuidade é um progresso que todos nós queremos que seja para Portugal.” -----



= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante do Grupo Municipal CDS-PP, apresentou a seguinte declaração: “Ex.mos Senhores; -----
 Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----
 Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----
 Vereadores, -----
 Membros da Assembleia Municipal, -----
 Presidentes, de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----
 Funcionários, -----
 Convidados, -----
 Ex.mos Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----
 A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária.
 Estimados cidadãos, -----
 No dia 25 de Abril, celebrámos o 51.º aniversário do 25 de Abril de 1974, uma data que marcou profundamente a história de Portugal. Há 51 anos, o povo português assumiu um estatuto soberano, libertando-se de uma ditadura que durou quase meio século. Este dia é um símbolo de liberdade, democracia e esperança para todos nós. -----
 O CDS-PP, como partido que sempre defendeu os valores da liberdade e da democracia, relembra com orgulho o papel fundamental que o 25 de Abril teve na construção de um Portugal livre e democrático. Este é um momento para refletirmos sobre os avanços que alcançámos e os desafios que ainda enfrentamos. -----
 Paulo Núncio, líder parlamentar do CDS-PP, destacou no seu discurso a importância de manter viva a memória do 25 de Abril e de continuar a lutar pelos valores que esta revolução nos trouxe. Ele afirmou: "Há 50 anos, o povo português assumiu um estatuto soberano, e hoje, mais do que nunca, devemos honrar esse legado, garantindo que a estabilidade e a prosperidade do nosso país não sejam deixadas nas mãos das oposições" -----
 Neste dia, o CDS-PP reafirma o seu compromisso com a defesa da liberdade, da justiça e da dignidade humana. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para promover políticas que garantam o bem-estar de todos os portugueses, respeitando os princípios democráticos que nos foram legados pelo 25 de Abril. -----



Que este 25 de Abril seja um momento de união e reflexão para todos nós. Que possamos, juntos, construir um futuro melhor, honrando os valores de liberdade e democracia que nos foram conquistados há 51 anos. -----

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Presidentes de Junta, -----

Caros Colegas Deputados, -----

Todos os que nos ouvem, -----

Muito boa tarde a todos. -----

É com enorme sentido de responsabilidade cívica e democrática que me dirijo a vós, enquanto deputado municipal do Partido Social Democrata, por ocasião do 51.º aniversário do 25 de Abril de 1974, uma data que continua a marcar o presente e a orientar o futuro do nosso país e do nosso concelho. -----

Este ano, as comemorações do 25 de Abril em Ourém assumiram um simbolismo particular, não apenas pela importância intrínseca da data, mas sobretudo pela forma viva, participada e inovadora com que foram assinaladas. -----

Permitam-me destacar três momentos que, a meu ver, expressam de forma exemplar o compromisso do Município com os valores da liberdade, da democracia e da participação. -----

São eles: -----

A inauguração do Mural de Arte Urbana na cidade de Ourém, que trouxe a estética e a linguagem visual da juventude para o espaço público, evocando de forma impactante os ideais de Abril; -----

O lançamento do livro “50 Memórias, 50 histórias”, que hoje também recebemos e que agradeço, da Assembleia Jovem de Ourém, que deu voz a diferentes gerações do concelho, num exercício de memória coletiva que reforça a identidade e a cidadania. -----



E ainda a realização recente do programa “Integra-te - jovens autarcas”, na sua segunda edição, que voltou a proporcionar aos jovens ourienses uma experiência direta de participação democrática, sensibilizando-os para o funcionamento das instituições e para o papel transformador da política local, não deixando também de destacar as restantes festividades de comemoração que em muito dignificaram o povo ouriense. -----

Estes exemplos que acabei de referir, mostram que em Ourém, Abril não é apenas celebrado, é vivido, pensado e projetado para o futuro. E isso deve encher-nos a todos de orgulho. -----

É nestes momentos que percebemos a importância do poder local na consolidação da democracia. Porque é nas autarquias que a democracia se torna mais tangível. É aqui que os cidadãos sentem, de uma forma mais direta, direta o impacto das decisões políticas. E é também aqui que se criam as condições para a participação ativa, sobretudo nas novas gerações. -----

A Assembleia Municipal é, por excelência, o espaço do pluralismo e do debate democrático. E, é nessa lógica que, sem ignorar o contexto nacional, marcado por uma ida às urnas já no próximo dia 18 de maio, que devemos reafirmar o nosso compromisso com os princípios de Abril: liberdade, responsabilidade, justiça e proximidade. -----

É por isso fundamental que continuemos a abrir o espaço à juventude, na política, na sociedade e na construção das decisões que moldam o território. Só com a participação ativa das novas gerações se garante a renovação da democracia e a construção de um concelho mais coeso, inclusivo e preparado para o futuro, como é o nosso, porque a liberdade, conquista-se todos os dias e começa muitas vezes aqui. -----

Viva Ourém, Viva a democracia! Viva o 25 de Abril! -----

Muito obrigado” -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

02.02 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2025

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a VII edição da Assembleia Jovem de Ourém, este ano, tem como tema “Tradições do mundo rural”. Um tema que incentiva os jovens a pesquisarem, debaterem e apresentarem propostas inovadoras que preservem e revitalizem o mundo rural, destacando a sua importância histórica, social e económica. -----

----- Conforme previsto no Regimento da AMO, passou-se à apresentação das propostas vencedoras da AJO: -----

----- **PROJETO: “Aldeia dos Miúdos – faz o teu passaporte rural!” – Escola Básica 2.º e 3.º ciclos D. Afonso, IV Conde de Ourém** -----

Responsável: Prof.ª Ana Sofia Reis -----

Anthony Henriques, 9º Ano -----

Dinis Pereira, 9º Ano -----

Leonor Pereira, 9º Ano -----

Xavier Duarte, 9º Ano -----

Ana Catarina Tavares, 9º Ano -----

Descrição do Projeto -----

“Para saber temos que fazer! Partindo da ideia que a aprendizagem acontece com mais eficácia quando fazemos e que a preservação das nossas tradições deve ser mantida nas próximas gerações, nada melhor que chamar os mais jovens, alunos do 2º ciclo, a aprender fazendo. Com este projeto pretende-se promover as atividades artesanais do nosso concelho, reunindo os artesãos que possam ensinar a sua arte aos mais jovens. Pretende-se convidar os artesãos para um dia de demonstração, que pode ocorrer num espaço a combinar, para que os alunos possam experimentar, fazer, construir, com a ajuda destes, os objetos da sua arte.



Para desenvolver a atividade, cada aluno teria consigo um passaporte do mundo rural, ou seja, um documento (físico ou digital) onde cada artesão validaria a passagem do aluno por aquela aprendizagem. As áreas de artesanato a demonstrar seriam: olaria, cestaria, madeira, pão, queijo, entre outras. As pessoas a contactar seriam artesãos do concelho de Ourém, que possam ter disponibilidade para se deslocar ao local de realização da atividade “Aldeia dos Miúdos”, para demonstrarem, num tempo a combinar (possivelmente com a duração de 1h30m) as etapas de construção dos artefactos. Para sedimentar a aprendizagem, pode incluir-se no passaporte mais informação sobre a arte demonstrada e o local onde podem visitar o artesão.” -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 5.000,00 euros -----

- Alunos do 2.º ciclo de todo o concelho -----

----- **PROJETO: “Raízes de um Povo: Tradições do Mundo Rural” – Escola Básica e Secundária de Ourém** -----

Responsável: Prof.ª Sandra Strecht Salvador-----

Laura Lopes, 10.º ano -----

Afonso Alves, 12.º ano -----

Leonor Lopes, 12.º ano -----

Leonor Silvestre, 12.º ano -----

Jéssica Martins, 12.º ano -----

Descrição do Projeto -----

“O mundo rural é o berço da nossa identidade, onde as tradições foram cultivadas ao longo dos séculos. É no duro trabalho dos artesãos, nas danças e músicas dos ranchos folclóricos e na delicada e atenciosa paciência de quem borda e cria cestos de verga; que está a essência da nossa cultura. Contudo, num mundo cada vez mais globalizado, estas práticas enfrentam o risco de desaparecimento. O nosso projeto intitulado «Raízes de um Povo» visa, celebrar as nossas tão amadas tradições. O nosso principal objetivo é transformar o palco do TMO num espaço de homenagem às nossas tradições que são as raízes da nossa identidade.” -----

Orçamento e Público-Alvo -----



- 6.000,00 euros -----

- População do concelho Ourém, bem como todos os seus visitantes e a comunidade escolar --

----- De seguida, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL agradecendo a apresentação dos trabalhos, parabenizou os jovens participantes pela ambição e determinação demonstradas, tendo, de imediato dado a palavra aos representantes dos grupos municipais com assento neste Órgão deliberativo: -----

= JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO, em nome grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos novamente. -----

Eu queria dar aqui os sinceros parabéns à Assembleia Jovem de Ourém que, mais uma vez, nos premeia com projetos realmente fantásticos. E, este ano, relativamente às “Tradições do mundo rural”, tivemos aqui dois exemplos destes projetos. -----

Dar os parabéns também aos jovens do nosso concelho porque, num mundo cada vez mais digital, digitalizado e, até na sequência do que aconteceu nos últimos dias, é importante relembrarmo-nos de tradições antigas e coisas que vão passando de geração em geração. Portanto, os meus mais sinceros parabéns e obrigado. -----

E, contamos convosco para as próximas edições. -----

Muito obrigado” -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes e ausentes. -----

Dar os parabéns a estes dois grupos que, ano após ano, nos têm vindo a apresentar aquilo que é o talento que o nosso concelho tem para oferecer. -----

Saudar também todos aqueles que participaram no projeto e, em particular, os alunos que aqui nos trouxeram estas ideias que, certamente, terão pés para andar num futuro próximo. -----

E, já estou como o senhor Presidente. Às vezes preocupamo-nos quando somos confrontados com as novas gerações, o que será de nós, mais velhos, num futuro próximo. Mas, perante, digamos, o dom da oratória, a postura e a forma como apresentaram aqui os projetos, faz-me sentir um pouco mais reconfortado, quando penso que estes jovens poderão fazer a diferença no futuro. -----



Portanto, os meus parabéns a todos. -----

E também, naturalmente, agradecer a apresentação excelente destes projetos. -----

Muito obrigado.” -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, referiu o seguinte: “Senhor Presidente, permita-me cumprimentar toda a Assembleia, na sua pessoa. -----

Mais um ano da AJO, mais um ano de belas apresentações.

À semelhança daquilo que foi dito, saliento a excelente apresentação dos dois projetos que acho que são exequíveis. -----

Vi também aqui futuros membros desta Assembleia, ou quem sabe, até mais. -----

Há que aproveitar estas iniciativas e parabéns a todos. Parabéns aos que ganharam. Parabéns aos que participaram, aos professores que deram o seu apoio e parabéns à Assembleia Municipal pela iniciativa. -----

= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “Mais uma vez, boa tarde a todos -----

Queria, desde já, parabenizar a Assembleia Municipal por esta iniciativa que vem decorrendo há alguns anos. -----

Parabenizar também os participantes porque têm trazido a esta Assembleia projetos inovadores, realmente com alguma perspicácia, inteligência e capacidade. São eles o futuro da existência do nosso concelho e do país. -----

Muito obrigado.” -----

= JOANA CASIMIRO ROSADO, na qualidade representante do grupo municipal CHEGA, referiu o seguinte: “Boa tarde a todos os presentes. -----

Quero dar os parabéns a todas as escolas que participaram neste projeto, especialmente às escolas vencedoras. Parabéns pela vossa contribuição, dedicação, entusiasmo na apresentação dos vossos projetos. -----

Parabéns a todos os participantes. -----

Muito obrigada” -----



----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Cumprimento, senhor Presidente, a restante mesa, senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e todos aqueles que se encontram presentes, com especial incidência para os alunos que aqui nos vieram apresentar estes dois projetos da AJO 2025. -----

E, obviamente, as minhas primeiras palavras terão que ser para a Assembleia Municipal de Ourém, na pessoa do Senhor Presidente, por mais esta iniciativa, por mais um ano da AJO. ----

Ao longo dos últimos anos, têm trazido aqui projetos muito interessantes e que nós, dentro daquilo que tem sido possível, temos procurado executar. Já há alguns que estão executados.

Com certeza que alguns destes dois, pelo menos um deles, parece-me perfeitamente exequível. O outro também parece exequível, mas poderá necessitar de mais alguma logística.

Portanto, agradecer mais uma vez este contributo importante para a cidadania e para o envolvimento dos nossos jovens nas causas públicas. -----

Uma segunda palavra, obviamente, para todos aqueles que participaram, não só os que aqui estão, mas todos aqueles que participaram de todas as escolas e colégios do nosso concelho.

Tenho a certeza que estes foram os selecionados, mas que havia outros projetos também muito interessantes que também aqui podiam ter vindo ser apresentados. -----

Em especial para estes dois grupos, para a Escola Básica e Secundária de Ourém e para o Agrupamento de Escolas IV Conde de Ourém, os meus parabéns para todos vós, pela excelente apresentação que aqui fizeram e pela forma como o fizeram, porque muitas vezes os projetos são importantes, são interessantes, mas a apresentação pode não ser a melhor e desvirtua um pouco a essência e a qualidade do projeto. -----

Parabéns para todos aqueles que aqui vieram, que estiveram muito bem, muito eloquentes. ----

Obviamente, também uma palavra, como não podia deixar de ser, para os professores que acompanharam estes projetos que, sem eles, tenho a certeza que não seria possível terem feito estas excelentes apresentações. -----

Em resumo, muito obrigado a todos, à Assembleia Municipal por nos proporcionar mais uma vez este momento. -----

E como já aqui foi dito, por todos os elementos que se pronunciaram, dizer que, a exemplo de outras iniciativas que temos vindo a realizar com os mais jovens, tenho a certeza que o



concelho de Ourém está devidamente salvaguardado em termos de futuro, porque hoje somos nós, Amanhã, com certeza que serão vocês a estar nestes lugares e estarão com certeza bem preparados para o exercer da melhor forma.” -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez, a todos os jovens que participaram nesta edição da AJO. -----

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses, -----

Não poderia deixar de iniciar esta minha intervenção, lamentando o falecimento recente de Sua Santidade, o Papa Francisco, personalidade de profunda fé, esperança e compaixão, cuja forma de ser e de estar inspirou milhões de pessoas em todo o mundo. -----

Estou convicto de que o Papa Francisco tocou profundamente em cada um de nós. Eu próprio, que tive a honra e o privilégio de contactar diretamente com Sua Santidade, jamais o esquecerei. -----



Francisco será para sempre uma personalidade incontornável da história mundial, na mesma medida em que perdurará nos tempos a sua ligação espiritual a Fátima. -----

Na história deste nosso Concelho, ficará também o dia em que tivemos a oportunidade e o privilégio de conceder ao Papa Francisco, a Chave da Cidade de Ourém, precisamente a distinção honorífica mais elevada do Município de Ourém. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

O ano transato ficou indelevelmente marcado pelas comemorações do cinquentenário do 25 de abril, que o Município respondeu, na minha opinião, com responsabilidade e elevação, tendo iniciado com o espetáculo com vídeo mapping na noite de 24 de abril de 2024 e culminado, este ano, com a inauguração da obra de arte alusiva à data junto à rotunda do Ribeirinho. Permitam-me que nas comemorações desta efeméride destaque, este ano, a “grande noite” que ocorreu no dia 24 de abril. A iniciar com a apresentação do livro “50 memórias 50 histórias”, com a publicação de relatos recolhidos por alunos dos diversos estabelecimentos de ensino do nosso Concelho, enquadrado no projeto vencedor da AJO, e que imortalizaram um conjunto de testemunhos, tendo contribuído de forma efetiva para uma cidadania ativa e participada dos nossos jovens. Depois, o grandioso espetáculo multidisciplinar protagonizado pela Sociedade Filarmónica Ouriense, com a distinta participação de Bia Maria, Xtinto, ASAS, Pedro Marão, formandos do TMO e os locutores Paula Melo, Jorge Martins e Luís Costa. Realço que são todos Ourenses, ou com alguma ligação a Ourém. Para todos, sem exceção, o nosso muito obrigado. -----

Agradeço ainda à Associação Filarmónica 1.º de Dezembro e à Fanfarrinha dos Bombeiros de Ourém pela prestigiosa participação nas cerimónias solenes do dia 25 de abril. -----

Destaco ainda o projeto “Integra-te – Jovens Autarcas”, na sua segunda edição, e que pretende aproximar e envolver os nossos jovens na esfera política e na gestão autárquica. -----

É nossa obrigação defender e continuar a perpetuar a democracia e a liberdade que Abril nos ofereceu. É nosso dever transmitir os valores de Abril às novas gerações, para que os nossos jovens percebam o quanto vale a liberdade, que hoje gozam, e o que custou a conquistar.

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----



Saudando esta digníssima Assembleia, transporto agora esta minha intervenção para um breve resumo do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Ourém, referente ao exercício de 2024. -----

Trata-se de um documento aprovado em sede de Reunião da Câmara, a 21 de abril, que agora submetemos ao escrutínio das senhoras deputadas e dos senhores deputados municipais e é o reflexo de um exercício de seriedade e compromisso, sustentado no equilíbrio e no rigor que sempre aplicámos na gestão dos recursos públicos. -----

Permitam-me que ressalve que os resultados que vos são hoje apresentados, são o reflexo de uma gestão rigorosa e transparente dos recursos municipais, garantindo sempre a sua aplicação eficiente em benefício de todos. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

É com grande orgulho e entusiasmo que venho acompanhando e observado a evolução deste nosso Concelho de Ourém, enquanto território em pleno desenvolvimento, cada vez mais dinâmico e mobilizador em diversos setores da sociedade. -----

Vem esta consideração a propósito de uma série de eventos que tiveram lugar no nosso Concelho, muito recentemente. O Carnaval em Ourém, a Meia-maratona de Fátima, o Rally Terras de Auren, a 2.ª Gala do Desporto e da Atividade Física, a Festa do Livro e a Via-Sacra ao Vivo na Vila Medieval são bons exemplos de sucesso. -----

Cada um destes eventos contou com milhares de espectadores e contribuiu para fortalecer e consolidar Ourém enquanto território em crescimento. Permitam-me que realce, também, que todos estes eventos contaram com o apoio do Município de Ourém, ao abrigo de uma estratégia da qual não abdicamos, e que caminha no sentido de potenciar o desenvolvimento social da nossa comunidade. -----

Acrescento a esta equação a presença de Ourém em mais uma edição da Bolsa de Turismo de Lisboa. Foi, aliás, muito mais do que uma simples presença. Uma vez mais, Ourém assumiu a liderança de um conjunto de Concelhos e regiões, unidos em prol da dinamização de cada um. Ao longo de uma semana, tivemos a oportunidade de consolidar Ourém enquanto destino turístico. Com Fátima enquanto porta de entrada, mas também com a garantia de que a riqueza histórica, patrimonial e cultural vai muito além da Cidade da Paz. -----



Em conjunto com todas as entidades associadas, pelo stand no qual o Concelho de Ourém foi protagonista, passaram apresentações, degustações, mesas redondas e palestras, entre outros momentos que proporcionaram aos visitantes uma visão abrangente da riqueza cultural e espiritual do nosso território. -----

E assim conseguimos, uma vez mais, reforçar a posição central do Concelho de Ourém no panorama do Turismo Religioso, perante uma plateia de milhares de pessoas e numa das maiores montras do turismo ibérico e europeu. -----

A propósito de montras e de eventos capazes de catapultar a imagem de Ourém, dando a conhecer toda a nossa riqueza, recordo que já está em marcha a preparação de mais uma edição da FeirOurém. -----

Neste ano de 2025, como em todos os outros anteriores, desde que resgatámos o regresso da FeirOurém, voltaremos a contar com um cartaz rico em diversidade e preenchido com alguns dos melhores artistas da nossa praça. Estamos seguros e convictos de que é este o caminho do sucesso deste evento. -----

Ao longo dos cinco dias da FeirOurém 2025, milhares de visitantes terão à disposição mostras do sector empresarial, artesanato e representações das instituições locais, num total de mais de 100 expositores. -----

Haverá espaços dedicados à gastronomia, à street food, aos automóveis e maquinaria agrícola, além das diversões disponíveis para públicos de todas as idades. Não faltará uma reedição do Festival de Folclore, nem a típica e já tradicional Sardinhada Popular, e uma tenda vocacionada para a promoção dos produtos endógenos do Concelho com o mote “Ourém Quer-te Bem”. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

De há uns anos a esta parte, Ourém tornou-se num território em permanente desenvolvimento, comprovado nas diversas intervenções que vão sendo levadas a cabo, um pouco por todo o Concelho. -----

Das grandes empreitadas já aprovadas e/ou em curso, permitam-me que destaque a requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, em Fátima, cidade na qual está também em



marcha a requalificação do respetivo Centro de Saúde, prevendo-se que as obras finais da requalificação da estrada de Minde se possam iniciar no mês de junho. -----

Também a rua Dr. Júlio Constantino tem o respetivo procedimento concursal concluído, estimando-se que a empreitada se inicie durante o mês de julho. Destaco também a requalificação da Rua de Castela, aqui em Ourém, bem perto deste histórico edifício onde nos encontramos, assim como a requalificação da entrada nascente da Cidade de Ourém, a EN113. E porque a Praia Fluvial do Agroal é outro local em constante desenvolvimento, permitam-me que aqui recorde que está igualmente em curso mais uma intervenção que vai dotar aquele local balnear de ainda de melhores condições para os milhares de turistas que, ano após ano, visitam o Agroal. -----

Estes são apenas alguns exemplos de intervenções que vão sendo levadas a cabo no sentido de desenvolver o Concelho, respondendo aos anseios das populações. Muitas mais haveria a elencar, mas encerro este capítulo da minha intervenção, lembrando que a rede viária do nosso Concelho continua em constante melhoria. -----

Atualmente, encontram-se em curso intervenções ou procedimentos concursais para requalificações em diversas localidades do nosso Concelho, como por exemplo: Nossa Sr.^a da Piedade, Fátima, Freixianda, Olival, Gondemaria, Vilar dos Prazeres, Alburitel, Atouguia, Casal dos Bernardos, Cercal, Matas, Rio de Couros, Seiça e Urqueira. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Termino esta minha intervenção, informando que está em consulta pública, desde 9 de abril e até 26 de maio, a “Carta Municipal de Habitação do Município de Ourém”. -----

Trata-se de um documento fundamental, pois estabelece prioridades, estratégias e ações específicas para promover o acesso a habitações dignas e adequadas às necessidades da população. -----

A Carta Municipal de Habitação é um instrumento tão ou mais importante, sobretudo, no panorama atual, em que a questão da Habitação e do acesso à Habitação resulta num dos problemas mais prementes no contexto de todo o país. -----

Obrigado!” -----



----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----



= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, numa primeira fase, é uma constatação, depois tenho duas questões. -----

A primeira, que é mais dirigida ao senhor Presidente da Assembleia. Tentei aceder à app da Assembleia Municipal e nos telemóveis não há acesso. Ou seja, a coisa está adormecida ou quase em estado vegetativo. Um investimento, uma importância que foi dada, que não se compreende, ou seja, não havendo nesta fase qualquer acesso e já na última assembleia, julgo que também não haveria. -----

Agora a pergunta mais diretamente ao senhor Presidente da Câmara, trata-se de um assunto que aparentemente não está relacionado, mas pode estar. -----

Venho falar da Tejo Ambiente na sequência da última Assembleia Municipal. Senhor Presidente de Câmara, o PS disse, se bem se lembra, que apoiaria, se fosse melhor para o concelho de Ourém a saída do Conselho da Tejo Ambiente. Depois disso, fui tentar indagar e fiquei com algumas questões que o senhor Presidente, com certeza, irá responder, não deixando de dizer que toda esta questão surgiu de uma brincadeira política, de um jogo político e, se calhar, por isso é que a app não é atualizada. O senhor candidato do PSD à Câmara de Tomar não pode ter tempo para a nossa app e para se candidatar. É muito trabalho junto e a coisa dificulta-se. -----

O PSD de Tomar andou a brincar com a Tejo Ambiente, quis atingir o presidente de Câmara de Tomar e, com isso, não olhou a meios e atingiu o Presidente da Tejo Ambiente, o senhor presidente da Câmara de Ourém, Luís Albuquerque, originando aquela questão na última assembleia. A sua frase, que se calhar foi o momento mais marcante da última assembleia. ----

O que eu lhe perguntava, numa primeira fase. A saída da Tejo Ambiente custará quanto ao concelho de Ourém. Os empréstimos, nos quais o concelho de Ourém está, obviamente, como responsável, como avalista, como é que se fará essa saída? E se a potencial saída de Ourém da Tejo Ambiente implicará alguma questão com a futura concessão da água. Ou seja, se isso aumentará a probabilidade da BeWater continuar em Ourém após 2027, ou se continua a ideia de sairmos da concessão privada e passarmos ou para a Tejo Ambiente, ou para uma



concessão pública que, segundo os dados dos concelhos adjacentes, pelo menos torna a água mais barata.” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, tem se verificado, nos últimos anos, uma implementação significativa de equipamentos de iluminação pública com tecnologia LED no concelho de Ourém. Uma medida que reconhecidamente contribui para a eficiência energética, a sustentabilidade ambiental e a redução da respetiva despesa pública. -----

Gostaria de questioná-lo, por favor, sobre o ponto de situação atual deste processo de modernização, qual a percentagem de cobertura já alcançada no território concelhio e também se estão previstas novas fases de expansão ou reforço deste investimento. -----

Obrigado.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, tenho apenas uma questão que é sobre o Parque Infantil do Cercal. Se vai ser repostado e se sim, se há já a data prevista ou pelo menos uma previsão. -----

Muito obrigado.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Mais uma vez, muito boa tarde. -----

A minha pergunta é muito rápida e muito simples. Gostaria de saber o ponto de situação da área empresarial de Caxarias, concretamente, a área reservada a Urqueira. -----

Muito obrigado” -----

= **FRANCISCO EMANUEL MARQUES LOPES**, Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a Assembleia e todos os que assistem em casa. -----

Há aqui duas questões relacionadas com a área da saúde. Na sequência da implementação do sistema de teleconsultas, diga-se em abono da verdade, uma medida bastante inovadora e relevante no contexto da promoção da proximidade na saúde. Importa nesta fase, também obter um esclarecimento claro sobre o real funcionamento. Assim, pergunto quais são os resultados efetivos deste sistema, até ao momento. -----

-



Perguntar ainda, se existe alguma avaliação concreta por parte da autarquia e também que feedback tem sido transmitido pelos serviços de saúde e utentes e, ainda, de que forma esta informação está a ser utilizada para ajustar ou reforçar o modelo em vigor. -----

Quanto à segunda pergunta, também obter aqui um esclarecimento mais detalhado sobre o anunciado reforço do projeto de Bata Branca, sobretudo saber em que irá consistir este reforço e que melhorias práticas se perspetivam para os ourienses. -----

Também aproveito, no âmbito desta intervenção e se me permite, reconhecer e saudar o compromisso que o Executivo Municipal tem mantido nesta área da Saúde, tendo em conta o conjunto de medidas, recentemente anunciado, uma vez que revela uma clara determinação política em afirmar Ourém como o concelho que assume as suas responsabilidades no domínio da Saúde, mesmo quando nesta matéria se encontra bastante limitada, uma vez que, em grande parte, esta competência não se encontra na esfera das competências diretas do Poder Local. -----

Obrigado” -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAR FARIA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Muito boa tarde. -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----

Tenho apenas uma questão para colocar relativamente à ligação da IC9 à Zona Industrial de Vilar dos Prazeres. Este foi um projeto considerado primordial, nomeadamente, para a competitividade das empresas da nossa Freguesia. A minha questão é apenas saber como está o respetivo ponto de situação. -----

Obrigada.” -----

= **DULCE RAQUEL LOURENÇO MATEUS**, Presidente de Junta de Freguesia de Espite, expôs o seguinte: “Excelentíssimo Presidente da AMO e Senhores Secretários, -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, -----

Caros Deputados. -----

Caros Colegas -----

Público e Comunicação Social, -----

Todos os presentes, boa tarde. -----



Infelizmente, todos os anos, com maior ou menor intensidade, somos fustigados com incêndios, especialmente na zona norte do concelho. -----

As causas são diversas, estão identificadas e penso que todos temos consciência que, sem uma alteração de posturas e de mentalidades, será muito difícil acabarmos com este flagelo. ----

A montante, com a constituição da OIGP, gerida pela Associação ADN Serras Norte de Ourém, esperamos que seja dado o mote para, pelo menos, permitir a todos verificar o problema que é essencialmente de desordenamento e económico. Mas é necessário prever o pior para não sermos apanhados desprevenidos e esperar o melhor. -----

Assim questiono ao senhor Presidente, o que tem sido feito no domínio da prevenção na área da Proteção civil durante este período para mitigar os expectáveis incêndios de verão. -----

Muito obrigada!” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Cumprimento todos os presentes e os que estão em casa a ouvir-nos na pessoa do senhor Presidente da AMO. -----

Tinha duas questões para o senhor Presidente da Câmara. -----

Gostaria de saber o ponto de situação da intervenção prevista na Rua Júlio Constantino, em Fátima. -----

E gostaria de saber se já há avanços no projeto e se há perspetivas futuras de execução na Avenida Papa João XXIII. -----

Obrigada.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Muito boa tarde a todos. -----

Queria cumprimentar os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. -----

Cumprimentar ainda toda a gente que nos vê através dos meios audiovisuais. -----

Eu tinha aqui duas questões e agora, surgiu-me outra, pela qual vou começar. -----

Perguntar se relativamente à questão das limpezas dos terrenos, se o BUPI tem sido um aliado nessa prevenção ou se tem sido apenas mais um meio só para identificar alguns dos terrenos.



aqui neste nosso concelho, uma vez que assim já é possível localizar possíveis terrenos que não estão a cumprir com as regras de limpeza para evitar fogos no futuro. -----

As outras duas situações, são mais sugestões. Uma vez que a Câmara Municipal apoiou o rally sugeria que, nos próximos eventos, houvesse uma maior informação à população, porque houve muitas pessoas que tiveram de fazer trajetos três e quatro vezes porque não sabiam quais eram as estradas que estavam cortadas. Eu sei que estava publicado, há dois mapas, mas os mapas não eram muito elucidativos ou ilustrativos do trajeto. Acho que isso é uma sugestão que pode servir muito as pessoas no futuro. -----

Outra questão, tem a ver com a maratona. Eu não sei quem é a entidade responsável pela maratona que ocorreu aqui em Fátima, não sei quem é a entidade responsável pela limpeza, mas, ainda na semana passada fui a pé até Fátima e reparei que pelos caminhos existem muitas garrafas de água vazias, garrafas essas que apareceram depois da realização desta maratona. Sugeria talvez uma chamada de atenção para a limpeza porque estamos a falar de plásticos que poluem o ambiente. -----

Muito obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Muito obrigado. -----

E antes de dar a palavra ao senhor Presidente para responder às questões, gostaria de dizer ao senhor Deputado Nuno Baptista que, recentemente, a nossa aplicação, como já perceberam, sofreu um upgrade significativo de melhoria de serviço, principalmente da parte aqui da mesa, da gestão dos trabalhos, que nos possibilita uma maior agilização. -----

E isto é uma plataforma essencialmente que permite ficar com um histórico e permite facilitar o serviço de quem faz as atas. -----

Relativamente a uma operação que tentámos através de uma app que foi a operacionalização das votações, que era isso basicamente que era o grande intuito dela, ela não foi possível de concretizar com o sucesso pretendido, porque houve de facto elementos desta Assembleia Municipal que se recusaram, desde início, a utilizá-la com esse fim e, portanto, desistimos no sentido de a votação ser feita com esse procedimento. -----



No entanto, esta Assembleia Municipal tem uma aplicação de facto que está a funcionar em pleno. Não está em estado vegetativo, ela não é app de telemóveis. Ela pode ser consultada através do website que é aí que está toda a plataforma. E estão aqui elementos com várias gerações de presenças em assembleias municipais que se recordam, por exemplo, quando o senhor Presidente de Câmara ou os presidentes que antecederam, mais concretamente quando distribuía os documentos que circulavam pelas mesas, e hoje não viram um único documento, estão todos com anexos, com informações, com detalhes. -----

As plataformas registam todas as vossas intervenções. Há hoje, de forma muito facilitada, inclusivamente se alguns órgãos de fiscalização consultarem o Município de Ourém, saber se há algum elemento participou numa votação. Há esses registos que estão hoje todos de forma muito séria, vincados aqui, portanto, estamos a trabalhar com muito profissionalismo. -----

De facto, a app não conseguiu fazer ainda a atualização para o upgrade que teve o website e é isso que faz com que ainda não esteja, sendo que também estamos na dúvida da necessidade ou não de fazermos um investimento, no sentido de a votação e o controlo de presenças ser feita com um instrumento, como outras assembleias municipais estão a caminhar nesse sentido, de um elemento físico em que se introduz um cartão e tenho um botão de votação. Temos dúvidas que para o investimento que está em causa se justificará ou não. Até lá, continuaremos, como temos feito até aqui, com a votação braço no ar ou de forma intuitiva, como tem sido feito. -----

E, portanto, esta é a justificação que temos para dar ao senhor Deputado Baptista, a quem agradecemos muito o reparo que faz, para que nós possamos sempre manter esclarecidos todos os membros desta Assembleia Municipal e a quem a ela assiste.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor Deputado Nuno Baptista. Fala aqui na questão da Tejo Ambiente e da questão da BeWater. Efetivamente, na última reunião, alvitrei aqui a possibilidade do Município de Ourém poder sair da Tejo Ambiente porque parece-me a mim que só faz sentido a existência de uma empresa intermunicipal, desde que todos os municípios que a integram estejam de alma e coração na empresa. Se houver algum município que entenda que não deve estar na empresa, obviamente que todos os outros poderão pôr em causa também a sua continuação. -----



E, como sabe, neste momento, estamos seis presidentes. Já só estamos dois do início da constituição da empresa, eu e o senhor Presidente da Câmara do Sardoal. Todos os outros quatro já foram alterados, isto é, por exemplo, o senhor Presidente Câmara de Vila Nova da Barquinha, que ainda é o mesmo também desde o início, mas já delegou num outro senhor vereador a sua representação na Assembleia Municipal. E por isso é que eu estou a dizer que só há dois, desde o início, porque os outros, embora estando ainda, neste caso, a Barquinha, já delegou noutra pessoa. Aquilo que eu tenho sentido é que até ao momento, todos os seis presidentes que estão hoje no Conselho de Administração e na Assembleia Geral da Tejo Ambiente, estão de alma e coração com a empresa e acreditam no futuro da empresa. Obviamente que, como sabe, em setembro haverá eleições autárquicas e nós não sabemos quem são os novos elementos que irão integrar a Tejo Ambiente. Essas eleições poderão mudar completamente as pessoas que estão hoje na Tejo Ambiente e, portanto, hoje é prematuro estar a dizer se vamos ou não sair porque não sabemos o que é que irá acontecer no futuro. -----

Portanto, penso que será bom senso aguardar pelo resultado das eleições e depois então tomar, se tivermos de tomar alguma decisão. Obviamente em consonância com as pessoas que aqui estiverem na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, porque uma decisão destas, parece-me a mim, que só faz sentido se todos estivermos de acordo ou estivermos pelo menos imbuídos do mesmo espírito em relação ao futuro da Tejo Ambiente. -----

E, portanto, neste momento parece-me que é prematuro estarmos a abordar essa situação, enquanto não houver eleições autárquicas. Depois, sim, poderemos voltar a falar sobre este assunto. -----

Obviamente que se se equacionar algum dia a saída do município de Ourém ou de qualquer outro município, obviamente que isso está previsto nos estatutos, no contrato de gestão delegada, os valores que cada município terá que indenizar a empresa por força dessa saída. Nós temos os empréstimos bancários devidamente separados por obra, digamos assim, por intervenção, por investimento. E, portanto, nós sabemos hoje quais são os valores que o município de Ourém tem de responsabilidade no âmbito geral da Tejo Ambiente decorrente das



diversas intervenções que têm vindo a ser feitas e por isso é uma decisão que depois, quem aqui estiver na altura, terá que analisar se será o melhor ou não. -----

Contrato da BeWater, como disse e bem, o contrato de concessão termina em outubro de 2027 e, este momento, pelo menos que eu tenha conhecimento, não há nada a apontar para que possamos dizer que o contrato vai ser prolongado ou não. Se não houver nada em contrário e se se mantiverem os pressupostos que existem hoje, a água do concelho de Ourém irá ser integrada na Tejo Ambiente, como está previsto até ao momento, portanto, nada a obstar. -----

Só um comentário, se me permitem, em relação ao facto da água de Ourém ser das mais caras do país, e eu admito que sim. Todos nós sabemos que isso acontece e, ainda por cima, comparativamente com os concelhos da Tejo Ambiente. Nós hoje pagamos em Ourém a mais cerca de 25% comparativamente aos outros concelhos. Mas, também é bom dizer, e isto também tem que se dizer, que a qualidade da nossa água é incomparavelmente superior à qualidade do serviço que é prestado noutros concelhos. Isto é tal e qual como temos um supermercado, compramos um produto marca branca. Obviamente, que com certeza terá qualidade, mas que não terá a qualidade de outros produtos que também lá estão à venda ao lado. E isso é reconhecido por todos que a qualidade do serviço que temos em Ourém é indubitavelmente superior àquilo que temos nos outros concelhos. -----

A título de exemplo, a ineficiência que temos em Ourém, neste momento, em termos de consumo de água, em termos de fornecimento de água é de cerca de 22%. Portanto, 22% da água que é colocada no sistema perde-se em Ourém. Na Tejo Ambiente quando chegámos era quase 60%. Hoje, estará nos 35% e, obviamente que tudo isto tem custos associados e demonstra muito bem a qualidade que temos. Em Ourém, comparativamente a outros municípios, hoje consigo compará-lo com pelo menos mais cinco municípios que estão connosco na Tejo Ambiente. -----

- Senhor Deputado João Catarino fala na questão dos LEDs. Efetivamente é uma questão importante porque cada vez mais temos que procurar a sustentabilidade ambiental que passa também muito por este tipo de iluminação. -----

Nós temos cerca de 24.000 luminárias no nosso concelho de iluminação pública. Temos vindo a trabalhar com a EDP para ir renovando aos poucos toda a iluminação do nosso concelho.



Neste momento, temos cerca de 13.000 luminárias LEDs no concelho e a previsão é que durante este ano de 2025, a EDP possa mudar mais 4.000, o que significa que ficaremos, no final deste ano, com cerca de 70% da nossa iluminação pública já equipada com equipamentos LEDs. Pergunta-me onde é que se verifica mais essa situação? Ela verifica-se nas partes mais rurais e nas sedes de freguesia. Nas partes urbanas, mais Ourém e Fátima, essa situação não tem acontecido, a não ser nas obras novas que temos vindo a realizar, onde isso já está devidamente equipado, porque a EDP ainda não tem o sistema de monitorização, em termos de gestão do sistema, e nós estamos a aguardar que haja essa evolução para então depois também começarmos, em conjunto com a EDP, também a alterarmos esta iluminação no nosso concelho. Nós, neste momento, vamos ter cerca de 16.500 no fim deste ano, o que, só para termos uma ideia, representarão cerca de 70%, e representa uma poupança anual em termos de valores. Só para termos uma ideia, quando chegámos à Câmara Municipal, em 2017, o município pagava cerca de 1.800.000 € de iluminação pública. Hoje, paga cerca de 1.200.000 € de iluminação pública, fruto destas campanhas que temos vindo a realizar com a EDP, em que o valor tem vindo progressivamente a ser baixado. -----

Dizer também, aproveitando isto, não tem muito a ver com a questão dos LEDs, mas também dar esta informação. Se não houver qualquer entrave, durante a próxima semana, há ali um PT que estava localizado na Estrada da Caridade, que desativamos em conjunto com a EDP. Foi colocado um PT novo, muito mais moderno, ocupa muito menos espaço, porque a intenção é que seja demolido o PT antigo para que possamos, naquela parte mais estreita, construir um passeio para que haja mais segurança para as pessoas que ali passam. Terá que haver um acordo ainda com a proprietária. Está meio acordo feito, mas falta finalizar esse acordo para ver se conseguimos então ali também fazer um passeio. -----

- Senhor Deputado João Pereira fala no Parque Infantil do Cercal. Efetivamente, esse é um processo que está a decorrer há algum tempo no município. O que lhe posso dizer é que já está a decorrer o procedimento concursal. Já abrimos as propostas, já sabemos a empresa que irá executar o parque infantil e a expectativa é que, no início do próximo ano letivo, o parque esteja devidamente instalado e que as crianças possam ali brincar no parque infantil que, como disse, foi “desmantelado” já no ano passado, porque ele não oferecia o mínimo de condições



de segurança para a sua utilização. Isto é aquilo que nós pensamos que irá acontecer, porque quando nós adjudicamos qualquer coisa e depois mesmo da consignação, as empresas hoje atrasam muito a sua execução. -----

Eu recordo apenas que nós temos, neste momento, em curso um procedimento para requalificação de três parques infantis: na Escola de Casal dos Bernardos que está concluído; na Escola do Olival que está concluído e um na Caridade que está agora em vias de ficar concluído. Mas foi um procedimento que já iniciámos há quase um ano e que a empresa tem vindo a protelar, a atrasar a requalificação. Neste caso não será a mesma empresa, mas esperamos sinceramente que ele, no início do próximo mandato, esteja em condições de poder ser utilizado. -----

- Senhor Presidente da Junta de Urqueira, Orlando Cavaco, pergunta o ponto de situação sobre a área empresarial. Também é um procedimento que está em curso. Já houve concurso. Neste momento, temos já o júri a analisar as diversas propostas que foram apresentadas. Se tudo estiver em condições, a empresa que ganhou o concurso, Delfim e Filhos, uma empresa que anda hoje em Vilar dos Prazeres, e que foi a que apresentou o preço mais baixo, cerca de 220.000 € abaixo do preço base. Estamos já em fase de adjudicação deste procedimento que, embora ainda não com a garantia de financiamento, foi um dos projetos que nós candidatamos ao PT 2030 sem financiamento, porque não tínhamos verba disponível para isso. Mas temos a expectativa de que, porque estamos numa fase muito adiantada em termos de utilização dos fundos a que teve direito, possamos beneficiar de algum overbooking em termos de fundos comunitários para também contemplar este investimento que, como disse, temos em curso e que pensamos ter condições para, ainda este ano, iniciar as obras de requalificação. -----

- Senhor Deputado Francisco Lopes. Fala-me aqui na questão da Saúde, na questão das teleconsultas e da Bata Branca. Efetivamente, nós fomos uns dos municípios pioneiros em termos de teleconsulta. O que podemos dizer é que, ao contrário do que se poderia pensar inicialmente, porque eu próprio estive num dos primeiros dias a ver como funcionava a teleconsulta, a teleconsulta funciona como um médico, exatamente igual, mas do outro lado do computador que faz a consulta, a pessoa que está a sua frente, que é acompanhada por uma enfermeira e também pela administrativa. Dizer-lhe que nós, neste momento, e com cerca de



50 dias de teleconsulta no nosso concelho, já foram efetuadas mais de 1000 teleconsultas, uma média superior a 20 teleconsultas por dia, uma taxa de cerca de 92% de utilização das consultas disponíveis por dia. Parece-nos que é um verdadeiro sucesso. Acho que as pessoas, mesmo aquelas mais renitentes no início, estão a aceitar bem esta consulta e, portanto, acho que é uma forma de complementar os problemas que temos no concelho em termos de saúde. Em relação ao projeto Bata Branca, nós temos hoje dez médicos no nosso concelho a prestar este serviço. Temos médicos em todas as freguesias do nosso concelho, exceto, e neste momento, na Gondemaria, mas tem a ver apenas e só com a baixa do médico que ali costuma trabalhar. Todos os outros centros e postos de saúde no nosso concelho têm hoje médico pelo menos uma vez por semana. -----

E também, aproveitando este momento, para lhe dizer que, nos últimos três meses, pode-se assim dizer, que chegaram a Ourém três novos médicos de família. Dois estão a trabalhar no Centro de Saúde de Ourém e um está a trabalhar no polo da Atouguia. E começámos a ter condições, eles estão a trabalhar nisso juntamente com a ULS, para voltarmos a ter uma USF tipo B na sede do concelho, em Ourém, porque parece-me que é efetivamente uma necessidade. -----

Hoje a situação ainda não está como nós gostaríamos que estivesse, mas penso que todos reconhecem que está bastante melhor do que estava há dois anos atrás, onde efetivamente havia graves carências comparativamente com aquilo que existe hoje. Têm vindo a fixar-se aqui novos médicos e esperamos que esta situação possa continuar, porque nos parece que é importante. -----

Aproveitando esta oportunidade, já que falamos em saúde, também de dizer que estamos também a trabalhar com a ULS para que possamos ter uma nova USF tipo C, aproveitando a oportunidade que o governo está a dar para que os privados também se possam associar e possam também prestar este tipo de serviço através de uma USF tipo C. Estamos a tentar criar uma USF tipo C na Unidade Norte do nosso concelho. -----

Dizer-vos também, se calhar muitos de vocês não sabem que hoje nós temos quatro unidades, a ULS dividiu o nosso concelho em quatro unidades: Unidade de Fátima; Unidade de Ourém, que abrange as freguesias vizinhas; Unidade Norte do concelho que abrange Caxarias,



Freixianda e Rio de Cores; Unidade do Olival, que também abrange as freguesias vizinhas. E estamos a tentar na Unidade do Norte formar ali uma USF tipo C para fazer face às necessidades existentes, ainda em termos de médicos de família, há falta de médicos de família em Caxarias, Freixianda e Rio de Cores. -----

Portanto, é esse projeto que também estamos a acompanhar com a ULS. Vamos ver se também temos sucesso e se há empresas interessadas em fazer este serviço. -----

Ainda em questão de Saúde, também dar conta de que as obras do Centro Saúde de Fátima estão a decorrer a bom ritmo. Esperamos que, mais para o final do ano, elas possam estar concluídas e que as instalações possam voltar a servir a população. -----

Em Ourém está o concurso também a decorrer. Pensamos que durante o mês de maio, possamos abrir as propostas para depois avançarmos para a obra de requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ourém. -----

Portanto, em termos de Saúde, é um pouco este o panorama que temos neste momento no concelho. Não sendo brilhante, porque não é, obviamente, mas penso que é bastante melhor do que há uns meses atrás. -----

- Senhora deputada Mónica Faria falou no ponto de situação da ligação do IC9 e a zona industrial de Vilar Prazeres. Como sabe, estamos a trabalhar para executar um projeto de ligação da zona industrial de Vilar dos Prazeres ao IC9, na zona dos Toucinhos. -----

Após aqueles anos da Troika em que houve ali efetivamente uma grande dispersão ou uma grande deserção de empresas, tornando os pavilhões que ali estão quase todos devolutos. Hoje, felizmente, isso já não acontece. Hoje estão praticamente todos ocupados. Penso que faltam um ou dois. -----

Obviamente, que ali já houve uma maior dinâmica, uma grande diversidade de atividades e, parece-nos, é a Junta de Freguesia da Senhora da Misericórdia que tem feito muito esta pressão junto de nós para que nós possamos avançar com este projeto. E nós estamos efetivamente a fazê-lo. Nós já contratualizados a empresa para o executar. A empresa apresentou-nos três soluções de traçado e nós reunimos com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias e com a Junta de Freguesia de Alburitel, porque o traçado chegará aos Toucinhos/Alburitel, para escolher aquilo que nos pareceu ser o melhor traçado. Já o



fizemos, na altura era o traçado A. Comunicámos à empresa que agora está a desenvolver o resto do projeto de execução. Penso que, durante este ano, isso também ficará concluído para que depois quem aqui estiver a seguir, se assim o entender e houver condições para o fazer, possa avançar com esta empreitada que estimamos que possa ser executada durante o próximo ano. -----

- Senhora Deputada Dulce Mateus. Fala-nos aqui na questão dos incêndios e na questão da proteção civil. É um assunto que nos preocupa a todos. -----

Todos os anos, nos últimos anos, especialmente no ano de 2022 e 2023, tivemos muitos problemas em termos de incêndios florestais no nosso concelho. E, obviamente, que temos sempre procurado, dentro do que são as nossas competências, procurar encontrar soluções para minimizar estes problemas. -----

Neste momento, como sabe, foi criada uma OIGP que elaborou um plano de ação para toda aquela região que abrange Urqueira, Espite e Casal dos Bernardos. Essencialmente, estas três freguesias, onde estão neste momento a trabalhar para começar a contratualizar empresas, para fazer e para executar muito daquilo que está previsto na tal OIGP. Parece-nos que é um passo significativo porque a associação que foi criada para o efeito, está a trabalhar para que a floresta destas zonas, que estão incluídos dentro desta área, desta OIGP, possam ser mais resilientes no futuro, os seus proprietários possam ter algum rendimento da sua floresta com a replantação de novas espécies, espécies autóctones, com a limpeza dos matos, o que até aqui não acontecia. -----

Portanto, parece-me que é um passo importante para que, no futuro, possamos ter melhores condições e para que os proprietários possam também eles, porque têm financiamento para o efeito, possam ter depois algum rendimento e possam também trabalhar melhor a floresta, evitando aquilo que tem vindo a acontecer. -----

Também em termos de limpeza de faixas, temos um concurso que já está a decorrer, está em fase de adjudicação, para uma empresa limpar as faixas a que estamos obrigados, de acordo com o nosso Plano Defesa contra Incêndios, nas faixas secundárias e as faixas primárias, o ICNF também está a fazer um trabalho de identificação dos proprietários, no sentido de procurar também proceder a estas limpezas, nomeadamente num estradão que divide o



concelho de Ourém com o concelho de Pombal, na zona de Espite e de Albergaria dos Doze, de onde muitas vezes vêm os incêndios que depois vêm com grande intensidade e que temos aqui alguma dificuldade em segurar, porque vem do lado de Pombal. Portanto o ICNF está também a fazer esse trabalho. Está também a proceder à identificação dos proprietários para proceder também à limpeza desse corredor que nos parece extremamente importante. -----

Dizer-vos também que temos, em termos de meios de apoio aos meios aéreos, além dos três pontos de água que já estão em pleno funcionamento: Toucinhos, Pias Longa no Sobral, e Malgoarda na Freixianda, temos também mais três intervenções previstas. Uma delas já em fase adiantada, porque já está com o projeto aprovado, com os pareceres das entidades já emitidos, a nova charca na Conceição, junto às Bicas da Conceição, nuns terrenos que a União de Freguesias ali adquiriu e onde irá ser construído uma charca para apoio aos meios aéreos

O de Urqueira estamos ainda a aguardar os pareceres que faltam, penso que da CCDR e da APA para podermos ali construir também uma nova charca, um novo ponto de água junto à Fonte das Bicas, na Cavadinha. -----

E também nos Vilões, na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, também aproveitando a água de uma nascente que ali está perto de uma fonte. Também ali está prevista a construção de uma nova charca e, portanto, também ainda a aguardar alguns parceiros da CCDR para podermos também avançar com as obras. -----

São estas algumas das situações que temos vindo a trabalhar nos últimos meses para melhorar a resiliência aos incêndios florestais e melhorar também as condições para que os nossos meios aéreos possam acorrer mais rapidamente. -----

- Senhora Deputada Cristela Marto. Fala-me aqui em duas intervenções em Fátima. Rua Dr. Júlio Constantino. Tive a oportunidade de dizer, na minha intervenção, já sabemos quem será a empresa que irá fazer a obra, e estamos neste momento a contactar os particulares porque a obra irá ter que entrar em diversos terrenos particulares, porque ela irá além da faixa de rodagem. Irá ter uma ciclovia, passeios e iluminação adequada, sendo necessário entrar dentro de terrenos privados. Estamos a fazer esse trabalho em simultâneo e, portanto, pensamos que durante este Verão haverá condições para que a obra possa iniciar-se, porque é uma obra muito precisa na freguesia de Fátima, que irá ligar a avenida Beato Nuno, passando pela



rotunda do Anjo de Portugal e irá terminar junto ao Centro de Saúde. As ruas perpendiculares, a rua da Padroeira e a rua junto à Trigêmeos, passo a publicidade, também irão ser requalificadas, aproveitando também esta intervenção. -----

Dizer também que este projeto que nós elaborámos inclui também a rua de São José e a rua Anjo de Portugal, mas que, por questões financeiras e orçamentais, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Esta custará quase, mais de milhão e meio de euros e portanto, numa fase seguinte, teremos condições para avançar também com a requalificação dessas duas vias, porque o projeto está efetivamente concluído. -----

Em relação à avenida Papa João XXIII, tem sido um verdadeiro calvário este processo, porque nós estamos a falar de um troço que está sob jurisdição do IP. Nós elaborámos um projeto que permitirá duplicar as vias desde a saída da autoestrada para o lado sul, com a inclusão de uma nova rotunda, numa curva ali mais acentuada. Obviamente também temos que começar a falar com os proprietários que já estão identificados, embora muitos deles, a maior parte deles sejam do Santuário, o Santuário será o principal interlocutor. com o qual já falámos e com o qual já há acordo, para podermos alargar esta via. -----

E, neste momento, o projeto, já depois de andar para trás e para a frente entre a Câmara Municipal, Projetista e IP. Porque o IP tem que emitir o parecer final, já o emitiu o parecer final e está, neste momento, no Projetista para terminar as alterações que o IP sugeriu. Só depois teremos, finalmente, condições para avançar com a empreitada. Estamos a falar num valor de cerca de 5 milhões €, porque será uma intervenção profunda. Não irá ser apenas e só a faixa de rodagem, teremos que mexer em todas as condutas subterrâneas que ali estão, incluindo a da EPAL, incluindo das águas da BeWater, da Tejo Ambiente. Será uma requalificação profunda que, como disse, temos estimado pelo projeto um valor de cerca de 5 milhões € e nós temos um protocolo com o IP no valor de 800.000 € e estamos a tentar junto do IP para que o IP nos possa aumentar o financiamento para pelo menos 50% deste valor que temos estimado. É um esforço significativo que iremos fazer, mas estamos também, e já o fizemos junto do IP e junto do senhor Ministro das Infraestruturas para ver, e estamos a aguardar que o novo governo tome posse para depois então voltar a insistir para ver se conseguimos aumentar o financiamento, porque parece-nos que não faz muito sentido que uma estrada que seja do IP



hoje, que irá custar cerca de 5 milhões € à Câmara em que o IP “apenas” comparticipa com 800.000 €. -----

- Senhora Deputada Helena Pereira. Fala-nos do BUPI e na identificação de terrenos. Obviamente que nos tem sido útil, não só para a limpeza de alguns terrenos, embora aqui tenhamos sempre que ter muita, muita atenção para a proteção de dados, porque não podemos também divulgar. A GNR por vezes também tem aqui alguma dificuldade e nós temos que ter cuidado em como podemos divulgar os proprietários. E como disse há pouco, já aqui apontei dois exemplos. Precisamos de identificar proprietários para alargamento de estradas. O BUPI já nos tem sido útil também para nos ajudar a identificar essas pessoas e obviamente que é um processo que está a decorrer. Penso que, neste momento e não tenho esses dados, mas penso que mais de 25.000 matrizes já estão identificadas, mas ainda muito longe daquilo que gostaríamos que fosse. Mas é um processo que está a decorrer aos poucos, não sendo o ideal, mas é muito melhor do que aquilo que tínhamos até aqui, ou seja, não tínhamos nada. E agora vamos ter alguma coisa que me parece importante. -----

Em relação ao rally, é uma sugestão que aqui fica e que agradecemos. Por vezes, não é fácil conseguir chegar às pessoas, até porque este ano, a organização, só muito tarde é que nos deu a conhecer os locais por onde iam passar e, portanto, nós também não tivemos aqui muito. Agradeço a sugestão e acho que, no futuro e caso volte a haver rally, deve ser feita uma melhor divulgação junto das pessoas, pelo menos dos moradores, por onde passa o rally, para que elas também possam saber como é que podem e quando é que podem sair de casa nesses dias. -----

Em relação a Meia Maratona de Fátima e a falta de limpeza. A meia maratona foi um protocolo que nós fizemos com uma empresa. A empresa estava bem ciente que era ela que tinha obrigação de proceder à limpeza das garrafas, nomeadamente, que foram sendo deixadas no caminho. Já houve mais gente que me alertou para essa situação, inclusivamente mandaram-me fotografias de alguns locais. Nós reforçámos junto da empresa. Dizem-me que foi feito, mas admito que possa não ter sido feito na perfeição. A haver uma segunda edição, teremos que ter muita atenção a essa edição, porque obviamente que também não é um bom cartão de visita



para quem nos visita, ainda para mais, agora em Fátima, há muita gente a pé que pode encontrar muitas garrafas de água vazias nas bermas das estradas, o que não é bom. -----

Obrigado também pela sugestão. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo momento de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, obrigado pelos seus esclarecimentos, mas tenho a dizer que nem sequer há acesso à app. -----

Em relação às minhas perguntas sobre a Tejo Ambiente, o senhor Presidente esclareceu e disse-nos que mais adiante veríamos. Sabendo como nos disse, que temos todos os valores, estão todos estratificados e divididos, era importante nesta Assembleia, tendo em conta o que foi dito na última, sabermos exatamente. -----

Denota-se uma mudança no seu discurso, parece-me claro em relação à última Assembleia, que a “coisa estava muito quente”, mas era importante para nós, sabermos um valor aproximado. Deve ser uma dimensão brutal, vendo os dados de endividamento da Tejo Ambiente, que são obras muito caras, deve ser uma dimensão muito relevante. -----

Denoto também o seu realçar a qualidade da água que nos é proporcionada pela BeWater. Nem em discussões anteriores, nunca quando estavam em causa os valores, nunca ouvi assim, não sei se isto é um prelúdio para o pós 2027, se é uma mudança, ou então uma crítica à la carte. Mas é o que é. -----

Denoto nas perguntas que o deputado do CDS fez da Saúde que, desta vez, o senhor Presidente de Câmara vinha muito bem preparado com números. Quando o PS lhe pergunta coisas da Saúde, remete-nos sempre para a ULS. Desta vez, vinha com os números certinhos. Não deve ter nada a ver com a pergunta estar preparada. -----

Outra questão, que denotei também na sua resposta, que para mim é uma novidade, gostei de saber que a ULS de Leiria subdividiu o concelho, que é uma coisa que nós defendemos desde sempre, era o que faria sentido, porque os médicos querem ir para sítios onde trabalhem com outros médicos. Defendemos isso desde o princípio. Fomos quase enxovalhados pelo senhor



presidente Câmara, quando defendemos isso, queríamos fechar centros de saúde e, portanto, o que faria sentido eram estes agrupamentos. Dividir o concelho em três, quatro, seja o que for. Alguém estudou isto e viu que eram quatro, tudo bem, por nós tudo bem. Para que depois pudessem abrir essas entidades privadas, como está aqui a dizer, mas que nunca iriam concorrer a um centro de saúde só, como nos parecia óbvio. -----

Em relação à estrada do Estoril, Papa João XXIII, denoto e volto a referir que, em dezembro de 2017, na primeira Assembleia efetiva em que estive como Presidente de Câmara, a sua primeira medida foi revogar o acordo anterior. Agora vem-nos dizer que é uma obra essencial. Vem-nos dizer que custa 5 milhões €. Com o mesmo valor que a IP estava disposto a dar na altura, os tais 800, 700 e tal mil euros, quanto custará mais ainda em 2024 ou 2025. Quanto é que custará mais, qual foi o valor da sua recusa em 2017. Estamos a falar de 5 milhões €, era metade do valor em 2017 que custaria a obra, dado o aumento do custo de preços que houve nas obras. É uma questão importante.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Aproveito para cumprimentar todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, assim como aos que nos ouvem pelos meios digitais. -----

Eu queria colocar realmente uma questão sobre as obras que estão a decorrer na entrada nascente de Ourém, portanto na Nacional 113, junto ali ao Lagarinho. -----

E começo por felicitar o Executivo, na pessoa do senhor Presidente de Câmara, porque me parece que as obras que ali estão a decorrer vão de facto dar ali uma outra imagem de entrada na cidade, e não apenas resolver problemas que de facto já existiam há muitos anos, como o não haver saneamento, etc. -----

Aquilo que eu questiono, como já estão a decorrer há algum tempo e de facto, com esta chuva toda que têm havido e sei que não é possível o piso estar nas melhores condições e de facto não está, quando é que pode haver ali algum piso que permita uma transitividade um bocadinho melhor para quem todos os dias ali tem que passar? -----

Obrigada.” -----



= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente. -----

Deixava aqui uma sugestão e depois duas perguntas. -----

Dado o alargamento da limpeza dos terrenos, o Município não podia fazer uma campanha de sensibilização para alertar, para criar mais impacto sobre essa importância da limpeza dos terrenos até dia 31. -----

Se sabe qual é que tem sido a evolução da limpeza dos terrenos, se tem havido uma maior participação voluntária da limpeza. Se tem havido uma diminuição dessa limpeza. -----

Sobre a questão da saúde, questiono uma coisa que tem a ver com a questão dos dentistas no SNS. Se há previsão de aumento do número de dentistas no concelho de Ourém, dado as recentes notícias que há de que muitos portugueses não conseguem pagar a saúde oral. Portanto, se há previsão também de aumento de dentistas no concelho de Ourém. -----
Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor Deputado Nuno Baptista. Em relação à Tejo Ambiente, não tenho números. Posso dizer, sem grande grau científico que o concelho de Ourém pode ter empréstimos referentes a obras, cerca de 5 milhões €. Não hei de estar muito longe desses números, mas não lhe sei, hoje aqui, dizer se será esse o valor da indemnização ou se será mais alto ou mais baixo. Como disse, isso estará previsto no contrato de gestão delegada que depois, se alguém pensar nisso, obviamente, que teremos que depois dirimir isso também com a empresa. -----

Em relação à questão da água, eu sempre defendi, e não é alteração nenhuma, sempre defendi a qualidade da água. Aliás, já aqui disse, mais vezes, a qualidade tem preço e nós hoje, felizmente, temos, além da boa qualidade, estamos hoje a beber água da BeWater aqui, e se calhar, muitos concelhos não o conseguem fazer, o que demonstra que efetivamente temos, aliás, isso também já vem expresso em diversas votações a nível nacional de empresas credenciadas que dizem que a água é de muito boa qualidade e até reconhecido pela ERSAR, também nas suas avaliações anuais. -----

Em relação ao ULS, tenho isso sempre mais ou menos presente, agora, o que eu não tenho presente, é se são primeiras ou segundas consultas, isto não lhe sei dizer. Não faça como o sr.



Deputado Vítor Santos já perguntou uma ou duas vezes isso eu não lhe sei dizer. Isso terá que ser a ULS a dizer. Eu não lhe sei dizer quantas consultas já fez a Bata Branca em pormenor. Isso terá que ser a ULS a dizer, porque eu não tenho esses elementos comigo. -----

Agora, estas questões mais práticas que dizem mais respeito a nós, obviamente que tenho hoje na cabeça. E é mais ou menos aquilo que disse em relação aos agrupamentos, as unidades que a ULS criou. Eu também defendo e sempre defendi essa situação. -----

O que o senhor deputado, na altura disse, numa assembleia que aqui convocamos para o efeito, é que defendia o encerramento de alguns postos de saúde e eu tive a oportunidade de lhe dizer que diga quais são esses postos de saúde. O que eu lhe disse foi que nunca, enquanto eu aqui estiver, nenhum posto do nosso concelho iria encerrar. Nunca disse aqui que não era favorável à constituição de unidades onde esses postos de saúde fossem agrupados. São coisas diferentes, são coisas muito diferentes. Eu também entendo que devemos fazer isso como está a ser feito, porque hoje, por exemplo, o Centro Saúde de Ourém, abarca as freguesias de Seiça, penso que é assim, posso me enganar, Nossa Senhora das Misericórdias, Nossa Senhora da Piedade, Atougua, Alburitel e Seiça. Penso que são estas cinco freguesias que estão na unidade do Centro de Saúde de Ourém e, portanto, se algumas destas freguesias não tiver médico, sabe que em qualquer altura deveria ter sempre um médico disponível na sede da unidade. Como a do Olival, que inclui Cercal, Matas, Urqueira, Olival e Gondemaria, penso que é assim. Se alguns destes locais não tiver médico, teria que ter sempre um médico disponível na sede da unidade. É isto que nós defendemos desde o início. -----

O que eu aqui disse, o senhor deputado na altura disse que defendia o encerramento de alguns postos de saúde, e eu disse que não, por isso é que nós temos o projeto Bata Branca, que tem assegurado essas situações. Hoje muitos dos postos de saúde estão abertos pelo menos uma vez por semana com médicos que estão a ser pagos pelo SNS, é verdade, mas também uma grande parte do município de Ourém, porque estamos a fazer esse esforço para que os postos de saúde continuem abertos. -----

Em relação à avenida Papa João XXIII. Senhor deputado, eu não posso dizer quanto é que custava em 2017, sabe porquê? Porque não havia projeto. Como é que nós sabíamos se podia custar 2 milhões ou três ou quatro, se não tínhamos projeto? É que nem sequer um desenho



tínhamos feito. Foi feito um acordo entre o IP e a Câmara Municipal de Ourém, no valor de 800.000 €, certo, para requalificar a estrada, mas o Município de Ourém tinha que fazer um projeto e não o fez. Como é que eu posso estar aqui a dizer hoje que os 5 milhões, eu não sei se em 2017 custava três ou quatro, não havia projeto, não havia nada. Por isso é que nós hoje, e como disse e bem, 800.000 € há oito anos atrás, são diferentes de 800.000 € hoje. É por isso que nós hoje estamos a tentar junto do IP e do senhor Ministro das Infraestruturas que o valor de 800.000 € seja reforçado porque nos parece lógico que 800.000 € em 2017 não é o mesmo dos 800.000 € hoje, e por isso estamos a fazer esse esforço no sentido de ter uma maior participação no valor. E, portanto, eu não posso ter comparação quando não tenho pontos para comparar com 2017. -----

- Senhora deputada Ângela Marques fala na estrada 113. Obviamente, que sempre que há obras, e nós temos falado isso muitas vezes, há incómodos e ali, obviamente, está a ser um incómodo. Eu penso que, passo por lá quase todos os dias, mas passei por lá ontem, e parece-me que já estão a abrir a caixa para pôr a primeira camada. Eu penso que há de estar para muito breve porem a primeira camada para regularizar aquela situação. -----

Aproveito para lhe dizer também que nós estamos a trabalhar num projeto para concluir este troço da 113 que está hoje em obras e que irá até ao viaduto do IC9, mas estamos a fazer um projeto para concluir até à Ponte da Olaia, ou seja, continuar os passeios até ao cruzamento para Seiça, onde queremos implementar uma rotunda, fazer passeios daí até à Ponte da Olaia, e fazer passeios daí até às Quintas em Seiça para juntar aos passeios que já vêm da 113-1 que vem do lado de Seiça até às Quintas. -----

Estamos, neste momento, a trabalhar nesse projeto. Já aprovei o estudo prévio que foi elaborado e sugeri algumas alterações, nomeadamente esta questão dos passeios da futura rotunda até Seiça, que não estava previsto, porque me parece que é lógico. Quando isso estiver concluído, podemos dizer que de Seiça até Ourém, as pessoas podem vir em segurança, sempre em passeios, portanto estamos neste momento também a trabalhar neste projeto. -----

- Senhor Deputado Victor Santos. Parece-me pertinente a questão das limpezas. Eu ia aqui pedir ao senhor Vereador Rui Vital que pudesse elaborar uma informação nesse sentido, para



que possamos fazer uma sensibilização para que as pessoas possam efetivamente avançar com a limpeza dos terrenos, tendo em conta o prazo adicional que o governo deu para a limpeza dos mesmos. -----

Não tenho números sobre se há maior adesão, menos adesão. A GNR só no final do período é que nos faz esse reporte. Portanto, como não terminou, ainda não lhe sei dizer hoje se está a haver maior adesão ou não dos privados para a limpeza. -----

Em relação ao número de dentistas, nós temos dois dentistas no concelho de Ourém. Temos um no Centro de Saúde de Fátima e um no Centro de Saúde de Ourém. O Centro de Saúde de Fátima, como sabe, está em obras e não havia condições de deslocalizar a cadeira porque é material muito específico para os contentores. Então está a funcionar no Centro João Paulo II, onde já existia um gabinete devidamente equipado e por isso a senhora doutora dentista está ali a trabalhar, penso que normalmente e, portanto, ali irá continuar. -----

Aqui em Ourém também temos uma dentista que está também a trabalhar normalmente e, portanto, não me parece que haja, neste momento, a possibilidade de reforçar o número de dentistas, porque nós, ao contrário de outras especialidades dentistas, temos nos dois postos dos dois centros de saúde principais do nosso concelho.

Muito obrigado.” -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2024 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40280**, datado de **2025.04.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.21, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 37.958/2025, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. -----

--- O **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, o qual efetuou uma breve apresentação dos documentos em apreciação. -----

--- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise -----

----- Finda a apresentação, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, agradecendo a mesma, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante grupo municipal PS, expôs o seguinte: “Primeiro que tudo, saudar o Dr. Fernando Marques e dizer que o PS não tem dúvidas sobre a bondade da execução das contas, tecnicamente irrepreensíveis. Conhecem a nossa posição sobre as políticas do Executivo, nada de muito diferente vem nestas contas. -----

Obviamente que a questão das receitas, na ótica das receitas, ser superior a 100% é relevante. Portanto, desde já vos digo, o grupo do municipal do PS vai abster-se. -----

Nunca votaríamos contra umas contas que estão bem-apresentadas tecnicamente. Politicamente, não é umas contas com que nos identifiquemos.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, grupo municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município, referente ao ano económico de 2024, demonstra e confirma pelo sétimo ano consecutivo, a estratégia delineada por este executivo, de desenvolvimento sustentável assente em eixos fundamentais, tais como, a Educação, Saúde, Desenvolvimento Económico, Desenvolvimento Social, Requalificação Urbana e Habitação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Defesa Ambiente. -----

Não há desenvolvimento sustentável sem infraestruturas e sem apoios ao empreendedorismo, ao comércio e à indústria, e porque um Concelho é feito por pessoas, e é para as pessoas que



o Município desenvolve a sua ação, merecendo uma constante preocupação a educação, o apoio social e comunitário, também à importância da saúde no seu todo, tem sido uma preocupação crescente deste Executivo, a título de exemplo com a implementação do projeto “Bata Branca” apesar da responsabilidade fundamental que cabe do estado Central pelo bom funcionamento da Saúde em Portugal. -----

A estratégia orçamental deste Município tem assim sido norteada para a melhoria da qualidade de vida dos Ourienses, em ações que vão ao encontro desde os mais novos aos menos novos, promovendo a inclusão e integração Social, com uma cultura de proximidade, diminuição da pegada ecológica do Concelho, maior bem-estar social, mais e melhor saúde, maior crescimento económico, promoção da diversidade cultural e desportiva, requalificação dos centros urbanos, são estes portanto as chaves para um futuro de sucesso do nosso Concelho.

O caminho não tem sido fácil, e o Partido Social Democrata tem consciência que a grandeza deste projeto continuará a ter muitos obstáculos. São estas dificuldades que este executivo Municipal tem vindo a transformar em oportunidades para e por todas as pessoas deste Concelho. -----

O desenvolvimento económico e social do Concelho de Ourém, refletido no Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao exercício de 2024, cumpriu o equilíbrio e rigor financeiro de contas sãs, apesar do forte investimento à vista de todos os Oureenses e dos resultados obtidos nas diversas áreas de atuação. -----

Assim, importa referir os aspetos mais relevantes da execução orçamental do exercício de 2024, os quais destacamos: -----

- O total das receitas liquidadas atingiram cerca de 67,6 milhões de euros o que representa um grau de execução orçamental na ótica das liquidações na ordem de 106,3%, e na ótica das cobranças, um grau de execução orçamental na ordem dos 90,7%, tendo assim o Município ano após ano, superado a meta definida pelo regime financeiro das autarquias locais, de uma taxa de execução da receita prevista no orçamento superior a 85%. -----

As Receitas Totais Liquidadas em comparação com o ano de 2023, sobem assim 7,15% em que as Receitas Correntes sobem 7,16% e as Receitas de Capital sobem 18,26%, evidenciando a capacidade do Município em captar recursos. -----



Uma das rubricas mais importantes de financiamento do Município e que dependem de si, são, efetivamente, os impostos e Taxas no valor de 14,3 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 300 mil euros relativo ao ano de 2023, afirmando o Partido Socialista, sendo o valor mais alto de sempre. -----

Se é o valor mais alto de sempre é apenas porque reflete e resulta do desenvolvimento económico do nosso Município e da forte dinâmica empresarial, e que tanto nos deve orgulhar a todos. -----

O valor que contribui para aquele aumento de forma decisiva foi o aumento de 23% no imposto da Derrama e o aumento de 31,5% nas taxas de loteamento e obras, que são precisamente o fruto dessa expansão económica verificada dos particulares e das empresas. -----

Não, Senhora Vereadora do Partido Socialista, não houve qualquer aumento de impostos, resultante do aumento de taxas de imposto praticado. -----

Não, senhora Vereadora do Partido Socialista, os Oureenses não foram castigados com aumento de impostos, mas, sim viram o aumento da sua atividade económica. -----

Pela mesma ordem de razão, o Partido Socialista teria que afirmar que o executivo Municipal reduziu o IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis, a particulares e a empresas, já que as receitas arrecadadas diminuíram no ano de 2024, em 3,48%, o que na nossa perspetiva também não corresponderia, certamente, à verdade. -----

A este propósito, e para que não haja dúvidas, é sempre bom lembrar que as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis foram mantidas pelo executivo Municipal em 0,31% para os prédios urbanos, sendo que dos, 17 dos 21 Municípios que compõem o distrito de Santarém aplicam uma taxa urbana superior, com particular relevo para os municípios de maior similaridade neste contexto geográfico, nomeadamente, Tomar com 0,34%, Torres Novas com 0,36% e Abrantes com 0,4%. -----

Tendo o Município de Ourém mantido a sua taxa urbana em 0,31% dentro dos intervalos possíveis entre 0,3% a 0,45%, portanto, praticamente no limite inferior possível, o que significa que este executivo abdicou de um acréscimo potencial desta receita próximo dos 3,1 milhões de euros, se aplicada a taxa máxima. -----



Se tivesse sido tomada uma trajetória de subida de impostos, que comprovadamente, não o foi, teria o Partido Socialista razão para afirmar “A maior carga fiscal de sempre”, pelo que neste contexto, esta afirmação apenas poder-se-á aplicar ao último governo central Socialista. -----

- Destacamos ainda a obtenção de um saldo positivo entre as receitas correntes liquidadas e as despesas correntes realizadas, que ascendeu a uma poupança corrente de 10,5 milhões de euros, o que revela por si só o rigor e a responsabilidade financeira com que este executivo encara o seu exercício, permitindo libertar meios financeiros da atividade corrente do Município para o investimento, o que permite assegurar apenas por essa via, um nível razoável de investimento e continuar a sonhar em construir o futuro e o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

- Quanto à execução orçamental do Total das Despesas Realizadas, foi obtido cerca de 48,8 milhões de euros, ou seja, uma variação positiva em 5,28% e que representa um grau de execução de 76,7%, valor ligeiramente abaixo de 2023 e um valor ligeiramente acima dos verificados no ano de 2022. -----

Quanto à execução orçamental da Despesa na ótica dos compromissos foi de 92,41%, isto quer dizer que são afetados em despesa corrente e despesa de investimento 92,41% do total do orçamento. -----

Ainda por outras palavras, isto quer dizer que 92,41% do total da despesa do Município está comprometida, tem uma finalidade, um objetivo, uma ação, um programa, um projeto de investimento associado, e todos eles estão a ser executados quer seja em fase mais adiantada ou mais inicial. -----

Aliás, está bem á vista dos Ourenseiros, os investimentos que tem decorrido por todo o Concelho. -----

Com uma execução orçamental da Despesa na ótica dos compromissos de 92,41% o Partido Socialista tenta passar a ideia, que o atual Executivo Municipal não cumpre com o orçamento do lado das despesas, sendo certo que gostaríamos de ver uma execução orçamental do lado da Despesa na ótica das realizações superior, no entanto, somos obrigados a lembrar mais uma vez, que a média dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação Socialista, foi de 72,6% muito abaixo do cumprimento que este executivo tem alcançado, demonstrando que



este executivo tem tentado ultrapassar as dificuldades que a burocracia e os tramites legais impõe, não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações do Estado, sendo por isso fundamental adequar o seu funcionamento, em prol de uma simplificação e agilização de procedimentos administrativos. ---
Veja-se o caso a título de exemplo, do Programa Arrendamento Acessível em que o Município, em articulação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), ao longo do ano de 2024, trabalhou para que venha a ser possível a concretização de 6 projetos para arrendamento apoiado, localizados nas cidades de Ourém e Fátima e nas Vilas de Caxarias e Vilar dos Prazeres, num total de 115 fogos. -----

Todo o processo tem sido bastante demorado, e altamente burocratizado, dados os tempos de resposta por parte do IHRU, e as exigências, que nem sempre se adequam às condicionantes temporais. Além disso, uma outra dificuldade deriva dos valores de financiamento, que são baseados na habitação a custos controlados, com preços que não tem acompanhado a inflação. -----

Estes fatores, associados à escassez de mão de obra, tem feito com que muitos concursos de empreitada fiquem desertos, a nível nacional. -----

- O Investimento Total, fixou-se em 16,2 milhões de euros, nas mais diversas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Desporto e tempos Livres, Habitação e Urbanismo, Freguesias, Defesa e Ambiente, Comunicações e Transportes, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público ou Proteção Civil. -----

- O total do investimento direto dos últimos 8 anos de governação Socialista perfez cerca de 50 milhões de euros, que compara com um investimento desta coligação em apenas 7 anos de gestão Municipal, de cerca de 78 milhões de euros, ou seja, esta coligação em 7 anos tem já um volume de investimento direto no nosso Concelho superior em 56% aos 8 anos de governação Socialista. -----

Quando o Partido Socialista quer passar a narrativa que existem incumprimentos de despesa com os investimentos, este dado comparativo é bastante revelador e fala por si. -----



- O Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores situou-se em 33 dias e não existem quaisquer pagamentos em atraso. -----

Estes 2 fatores, permitem ao Município transmitir maior confiança e segurança aos seus fornecedores e parceiros, permitindo, naturalmente, usufruir de preços mais competitivos e reduzir as suas despesas na contratação de bens e serviços. -----

- A dívida a terceiros a 31/12/24 situou-se na ordem dos 8,3 milhões de euros, muito abaixo do limite possível, dispondo o Município de uma folga de 41,5 milhões de euros face ao limite legal previsto. -----

Esta margem na capacidade de endividamento que hoje o Município goza, advém do rigor da gestão e do equilíbrio das contas públicas, e da estratégia que este executivo traçou e cumpre desde o seu primeiro mandato, e que nos deve orgulhar a todos. -----

Com a proximidade do ato eleitoral poderia haver a tentação do executivo em tirar dividendos políticos e eleitorais, como em muitos casos acontece por este País fora, levando a cabo uma estratégia local de endividamento, de forma alavancar o investimento e da obra realizada, contudo, o Município manteve a sua estratégia de rigor e responsabilidade política e financeira, que é sempre digno de realce. -----

- É de salutar também a manutenção de bons indicadores de rentabilidade, fruto de um resultado líquido positivo de 2,8 milhões de euros. -----

Fazendo uma comparação do Resultado Líquido desta coligação na gestão do Município desde 2018 a 2024, em que totaliza 5,8 milhões de euros positivos, contrasta com 29,8 milhões de euros negativos, nos anos de governação do Partido Socialista de 2009 a 2017. -----

Fazendo o sumário e o balanço da Prestação e Relatório de Contas e, em conclusão: -----

- Se o Endividamento e o Passivo corrente do Município continuam a ser marginal, tal como o Balança e Demonstrações de Resultados, indicam que as contas do Município respiram boa saúde económico-financeira, se a estrutura do Balanço e a capacidade de atracção de receitas permitem-nos ficar tranquilos num curto e médio prazo, afirmações do Partido Socialista que, obviamente, partilhamos; -----

- Se as Despesas Totais Realizadas nas Freguesias ascenderam a um montante na ordem de 1,8 milhões de euros, com acréscimo de 13,6%; -----



- Se o volume de investimento é dos mais elevados de sempre, sem aumento de impostos, ----

Então só podemos responder de uma forma! -----

Mais um ano de Orgulho! -----

Orgulho num Concelho em crescimento, com pessoas empreendedoras, ativas, inovadoras, empenhadas. -----

Orgulho num Concelho que caminha num movimento ascendente, que conquista a cada dia o seu lugar na Região no País e no Mundo. -----

Um caminho que tem vindo a ser percorrido por todos, pois só com a interação e colaboração de todos se consegue construir o futuro. -----

É assim com orgulho que a bancada do PSD votará favoravelmente a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2024, não por ser apenas do executivo PSD/CDS, mas sim pelos resultados das políticas públicas desenvolvidas e dos resultados económicos e financeiros alcançados.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: **“Na pessoa do Ex.mo Senhor Presidente desta Assembleia, cumprimento todos os presentes.** -----

A Câmara Municipal de Ourém, sob a liderança da coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP), apresentou o seu relatório de gestão e prestação de contas referente ao exercício de 2024. Este documento é um reflexo do compromisso da administração municipal com a transparência, a eficiência e o desenvolvimento sustentável do concelho. -----

Em 2024, a Câmara Municipal de Ourém alcançou um resultado líquido positivo, demonstrando uma gestão rigorosa e estruturada dos recursos públicos. A execução da receita superou as expectativas, atingindo um grau de execução de 90,1%, acima da meta estabelecida pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais. -----

Este desempenho é um indicativo da eficácia na cobrança de receitas e na gestão financeira.

As despesas realizadas em 2024 representaram um aumento significativo em relação ao ano anterior, influenciadas pela pressão inflacionista. O investimento direto municipal ascendeu a



13,9 milhões de euros, enquanto o investimento total, incluindo indireto, fixou-se em 13,6 milhões de euros. -----

Este aumento nas despesas reflete o compromisso da administração em melhorar a infraestrutura e os serviços oferecidos aos cidadãos. -----

O grau de execução da despesa foi de 92,4%, demonstrando um alto nível de cumprimento dos compromissos financeiros estabelecidos. Este resultado é um reflexo da gestão eficiente e da capacidade de planeamento da administração municipal. -----

O município de Ourém apresentou um resultado corrente positivo de 10,5 milhões de euros, indicando uma poupança corrente significativa. O resultado orçamental foi de 18,8 milhões de euros, evidenciando a solidez financeira da autarquia. -----

Não há registo de pagamentos em atraso, com o município efetuando os pagamentos em aproximadamente 30 dias. A margem de endividamento municipal é de cerca de 39,4 milhões de euros, garantindo uma folga considerável para futuros investimentos. -----

O fundo de maneiço revelou um valor positivo próximo dos 23,7 milhões de euros, refletindo uma ótima liquidez e estabilidade financeira. As dívidas a terceiros rondam os 8,3 milhões de euros, com disponibilidades imediatas de aproximadamente 9,7 milhões de euros, permitindo a potencial quitação da totalidade da dívida existente. -----

O relatório de gestão e prestação de contas de 2024 da Câmara Municipal de Ourém, sob a administração da coligação PSD-CDS, destaca-se pela transparência, eficiência e compromisso com o desenvolvimento sustentável do concelho. A gestão financeira rigorosa e os investimentos estratégicos realizados ao longo do ano são um testemunho do empenho da administração em promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos de Ourém. -----

Pode, pois, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, contar com o nosso voto favorável ao documento apresentado. -----

Um bem-haja a todos!" -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, grupo municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: "Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e restantes vereadores -----

Ex.mo Sr.s Deputados e restante público em geral -----



Eu não estava para intervir neste ponto, mas, após na semana passada, por fazer parte desta Assembleia, ter oportunidade de participar na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, aproveito este ponto para partilhar com este órgão alguma da informação que retive e que me parece pertinente partilhar com todos, para depois concluir sobre o grau de execução muitas vezes criticado na análise deste documento. -----

A referida reunião iniciou com a intervenção de um deputado de outro concelho a fazer o retrato socioeconómico da Comunidade do Médio Tejo da qual Ourém faz parte, tendo em conta um estudo do ISCTE recentemente partilhado. Nessa intervenção referiu-se um aumento significativo do desemprego na região, uma diminuição das PME's, uma diminuição das grandes empresas e, por sua vez, um aumento da pobreza derivado das razões já elencadas e, logo daí, fiquei a achar que Ourém estava completamente noutra realidade face à descrita sobre os concelhos vizinhos, ou, por outras palavras a conseguir planear e executar com um grau de execução muito bom! -----

Passou-se de seguida para a análise à atividade da CIM Médio Tejo onde, após uma breve análise ao Investimento Territorial Integrado, vulgo ITI, pude verificar que está previsto um pacote financeiro no valor de 121M€ no âmbito do Portugal 2030 para a nossa comunidade. Retirando os 26 M€ que caberá diretamente à CIM Médio Tejo a sua gestão, sobram praticamente 100 M€ para projetos Municipais. Com alguma satisfação pude verificar que dos 33 M€ de valor elegível já aprovado, Ourém tem cerca 9 M€ aprovado, ou seja, 26% do valor aprovado até à data incluindo os valores de gestão direta da CIMMT. É um quarto do valor total aprovado apenas para Ourém de uma comunidade composta por 11 concelhos. Isto só pode ser fruto de saber planear e, principalmente, executar! A insto crescem 2 projetos ainda em análise por parte de Ourém e não contando também com a Tejo Ambiente que tem em análise o saneamento de Urqueira. Existem concelhos sem um único projeto proposto e nenhum que se compare com o grau de execução que Ourém tem conseguindo ir buscar a fundos comunitários. -----

Por fim, passou-se à análise ao Relatório de Gestão 2024, documento equivalente da CIMMT ao que analisamos neste ponto para o Município de Ourém. Sabem qual foi o grau de execução da despesa desta comunidade? 61%! O que dizer desta percentagem tão inferior à



aqui apresentada? O presidente da CIMMT e Presidente da Câmara de Abrantes, por acaso do partido Socialista, congratulou-se com o número afirmando que face às contingências dos organismos públicos, Tribunal Contas, regras a cumprir e atrasos nas obras era o número possível, mas mostrando-se satisfeito. -----

Mais do que toda esta conversa de números, o grau de execução mais importante é aquele que está à vista de todos ou ourenses e esse é indelével. Ourém está diferente e está melhor! Nunca será criticável ter ambição e lutar por ela. Criticável é não ter projetos, pois só com despesa corrente o grau de execução estaria facilmente nos 100%, mas Ourém também estaria como os concelhos vizinhos, com aumento de desemprego, queda de empresas e com o nível de qualidade de vida muito inferior ao que felizmente os Ourenses têm hoje!" -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL DO PS; 28 VOTOS A FAVOR – 22 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 33 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40294**, datado de **2025.04.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.21, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 29.165/2025, da **Divisão de Recursos Humanos e Informática**, referente à



alteração ao Mapa de Pessoal, instruído com a informação, datada de 08 de abril corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que se passa a transcrever: “Em virtude do cálculo das despesas emergentes dos processos em cursos atualmente vigentes no mapa de pessoal (documento em anexo), o saldo disponível permite acomodar as novas necessidades agora dispostas, decorrentes da alteração ao mapa de pessoal proposta, pelo que se verifica a existência de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à LCPA, que permita a aprovação da alteração proposta em análise. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE "P100/2024 - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE MINDE - TROÇO ENTRE O KM 72+890 E O KM 75+875 - FASE 2 (10466/2024)" – SEGUNDA REVISÃO ORÇAMENTAL E RETIFICAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40291**, datado de **2025.04.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.21, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta acima citada:

----- Revisão orçamental, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

----- Retificação dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2025 e 2026, conforme se passa a especificar: -----

----- Ano 2025 – 1.112.916,56 euros -----

----- Ano 2026 – 1.183.908,51 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 03 de junho de 2024, a Câmara deliberou aprovar as peças procedimentais então apresentadas pelo Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, para efeitos do designado em epígrafe e solicitar à Assembleia Municipal, a retificação dos compromissos plurianuais, aprovados por deliberação de 05 de fevereiro daquele mesmo ano. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a informação registada sob o n.º 24.074-A/2025, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se reproduz na íntegra, instruída com a minuta de adenda ao contrato, a celebrar com o consórcio constituído pelas firmas **Construções J.J.R. & Filhos, S.A.** e **Desarfate – Construções & Obras Públicas, Limitada**: “Aquando da adjudicação ocorrida em 21 de outubro de 2024, havia legitimidade para se presumir o início da realização física e financeira deste investimento municipal, em janeiro de 2025. Consequentemente, verificava-se autorização da assembleia municipal enquadrável e compatível para esse mesmo facto, circunstância que veio a ficar igualmente plasmada nos documentos previsionais aprovado no último trimestre de 2024, os quais se elaboraram, no que concerne a este projeto, em conformidade com essa autorização. -----

---- Contudo, decorrente de diversas vicissitudes inerentes aos processos de despesa pública, e encontrando-se o processo nesta fase, em fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, e salientando-se que apenas a obtenção de visto, poderá ser programada a consignação desta empreitada, verifica-se a necessidade de reenquadramento da despesa, assumindo o hiato temporal verificado, prevendo-se nesta fase que a consignação possa ocorrer em junho de 2025, daí resultando, 7 meses de realização em 2025 (1.112.916,56 euros) e 5 meses com impacto em 2026 (1.183.908,51 euros), montantes em conformidade com o cronograma financeiro apresentado pelo consórcio vencedor deste concurso. -----

---- Neste âmbito, importa observar que estamos perante uma despesa municipal financiada com receita consignada resultante de empréstimo contratualizado e já visado pelo Tribunal de Contas, no âmbito do processo 1976/2024, ou seja, a diminuição da despesa a realizar em



2025 e conseqüente aumento da despesa a concretizar em 2026, deriva em igual montante de quebra nas receitas previstas em 2025 e igual aumento das receitas a obter em 2026.-----

---- Face ao enquadramento efetuado, importa promover adenda ao contrato com ajustamento do cabimento/compromisso refletido na cláusula 9.ª do contrato, promover uma revisão orçamental e submeter à aprovação do órgão deliberativo nova repartição dos encargos plurianuais subjacentes.-----

1 – Minuta de adenda ao contrato-----

---- Em anexo remete-se minuta de adenda ao contrato, com ajustamento orçamental efetuado, refletivo na cláusula 9.ª do contrato.-----

2 – 2.ª Revisão Orçamental-----

---- Remete-se proposta de Revisão Orçamental (2.ª Revisão), conforme documentos em anexo, na qual se observa:-----

- Orçamento da Receita -----
 - Diminuição da verba resultante de empréstimo de longo prazo contratualizado, particularmente na classificação económica 12.06.01, no valor de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2025;-----
 - Aumento da verba resultante de empréstimo de longo prazo contratualizado, particularmente na classificação económica 12.06.01, no valor de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2026;-----
 - Face ao disposto nos pontos anteriores, apura-se um orçamento global da receita em 2025 de 76.770.300 euros e um orçamento global da receita em 2026 de 72.259.200 euros.-----
- Orçamento das Grandes Opções do Plano -----
 - Diminuição da dotação prevista no projeto identificado com a classificação 09/001-2011/174-4 (Beneficiação EN 360 - zona limítrofe c/Alcanena – 2.ª Fase – Troço final), no valor de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2025;-----
 - Reforço da dotação prevista no projeto identificado com a classificação 09/001-2011/174-4 (Beneficiação EN 360 - zona limítrofe c/Alcanena – 2.ª Fase –



Troço final), no valor de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2026; -----

- Orçamento da Despesa – impacto decorrente da modificação promovida às Grandes Opções do Plano; -----
 - Diminuição da dotação prevista na classificação económica 02/07.03.03.08, no montante de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2025;
 - Reforço da dotação prevista na classificação económica 02/07.03.03.08, no montante de 1.183.900 euros, no que concerne ao ano económico de 2026; ----
 - Em suma, o orçamento da despesa tramita para um valor global de 76.770.300 euros em 2025 e para 72.259.200 euros em 2026, valores em paridade com o valor global definido para o orçamento da receita para os referidos anos económicos, no âmbito da revisão em assunto. -----

Aprovação -----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

3 – Aprovação da despesa plurianual subjacente -----

---- Em observância ao cronograma financeiro apresentado pelo consórcio a quem foi adjudicada esta empreitada e conforme a previsão de início da respetiva realização física e financeiro, estabelece-se a seguinte despesa plurianual: -----

- 1.112.916,56 euros em 2025; -----
- 1.183.908,51 euros em 2026. -----

---- Note-se que nos termos das disposições conjugadas na alínea b) do artigo 3.º e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PAVILHÃO E DO CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OURÉM – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40287**, datado de **2025.04.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.21, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Construção Pública, E.P.E.** (sedeada na Avenida Infante Santo, n.º 2, em Lisboa) através da carta eletrónica registada sob o n.º 33.684/2025, remeteu propostas de textos de protocolos, a celebrar com este **Município** e a **Escola Básica e Secundária de Ourém**, com o objetivo de definir as condições de cooperação técnica e financeira entre as partes, no âmbito da requalificação do pavilhão desportivo e do campo de jogos daquele estabelecimento de ensino. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Setor de Património** exarou no processo uma informação, datada de 15 do corrente mês, que se passa a transcrever: “Analisando os referidos protocolos, informa-se que se encontra prevista a utilização por parte do Município em horário pós-letivo.

---- Em termos de comparticipação a nível do Pavilhão encontra-se prevista a comparticipação de 50%/50%, enquanto no Ringue a comparticipação é por inteiro por parte do Município. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os meus cumprimentos extensíveis à Mesa, -----
 Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores, -----
 Caros eleitos, -----
 Caros colegas, -----
 Público que nos está a acompanhar. -----

Sobre este ponto, queria associar-me ao agradecimento público que, nos últimos dias, a Juventude Ouriense fez ao Município de Ourém, a propósito deste assunto. -----

Quero associar-me com agradecimento, porque nós assistimos nas redes sociais, muitas vezes, a alguns vídeos sobre o mau estado daquele equipamento desportivo. E, muitas vezes, com má informação, que as entidades públicas locais é que eram responsáveis por este equipamento. Nós, entidades públicas, e aqui assistimos também à Câmara Municipal, temos a responsabilidade de ir resolvendo os problemas, mesmo quando estes não são, como esta infraestrutura, da competência municipal. Este é um bom exemplo e eu queria aqui deixar esse reconhecimento, esse agradecimento público, mesmo sendo da Parque Escolar e não tendo responsabilidade direta nisto, foi o próprio Município que tentou, junto desta entidade, resolver o problema. -----

Às vezes, são estes entraves burocráticos e administrativos de entidades que não estão cá sedeadas, que nos impedem de resolver os problemas e de fazer um esclarecimento público às pessoas sobre qual é que é efetivamente a competência e a responsabilidade delas. -----

E, portanto, não queria deixar passar esta oportunidade sem reiterar os meus agradecimentos à ação do Município, de ser proativo, de tentar fazer a ponte com a entidade gestora, porque quem está perto é que usufrui, são as crianças e são as nossas associações. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P085/2025 – FORNECIMENTO DE MATÉRIA PRIMA E SERVIÇOS PARA AS REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2025-2026 (9771/2025) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38489**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Lote 1 – Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar – 1.429.829,10 euros (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e nove euros e dez cêntimos): -----

----- Ano 2025 – 501.979,34 euros -----

----- Ano 2026 – 927.849,78 euros -----

----- Lote 2 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – 382.647,38 euros (trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete euros e trinta e oito Cêntimos): -----

----- Ano 2025 – 135.089,24 euros -----

----- Ano 2026 – 247.558,14 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 9771/2025, da **Divisão de Educação**, instruído com o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do mencionado em epígrafe e com uma informação, datada de 31 de março findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público internacional, por lotes, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base total de 1.603.961,50€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 12 meses. Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----



---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 31 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Refere ainda de que a despesa plurianual subjacente deverá ser aprovada pelo órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONFEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2025/2026 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38511**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 404.074,44 euros -----

----- Ano 2026 – 702.319,86euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 23.075/2025, da **Divisão de Educação**, a dar conta de que o valor a contratualizar com as entidades prestadoras do serviço de confeção e acompanhamento de refeições



escolares às crianças do Pré-escolar e aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, integradas nos estabelecimentos de ensino deste concelho, é de 1.106.394,30 euros, correspondente ao período entre 01 de setembro de 2025 e 31 de julho de 2026. -----

---- O processo encontra-se instruído com as propostas de contratos a celebrar com as referidas entidades.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de março findo, a dar conta de que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2025/2026 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38506**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 78.962,52 euros -----

----- Ano 2026 – 138.184,41 euros -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, na vertente do prolongamento de horário para as crianças integradas na educação Pré-escolar, nos estabelecimentos de ensino deste concelho, foi apresentada a informação registada sob o n.º 22.988/2025, da **Divisão de Educação**, a dar conta de que o valor estimado para a execução do referido serviço, no período compreendido entre 01 de setembro de 2025 e 31 de julho de 2026, é de 217.146,93 euros. -----

---- O processo encontra-se instruído com a proposta de protocolo de colaboração a celebrar com as entidades prestadoras do serviço acima mencionado. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 26 de março findo, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO – 2025/2028 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38521**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 3.344,06 euros -----

----- Ano 2026 – 4.458,75 euros -----

----- Ano 2027 – 4.458,75 euros -----

----- Ano 2028 – 1.114,69 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 13.924/2025, do **Serviço Interno de Segurança e Saúde no Trabalho**, a dar conta de que a **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo** (sedeada no Convento de S. Francisco, na cidade de Tomar), propôs a prestação dos serviços acima designados, nas áreas que especifica e solicitou informação sobre o eventual interesse desta Câmara Municipal em participar como membro do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, com o objetivo de lançar novo procedimento de aquisição daqueles serviços, para os anos de 2025 a 2028. -----

---- Termina a apresentar uma estimativa de custos, no valor total de 10.875,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta o número de trabalhadores e as instalações municipais a considerar. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 27 de março findo, a dar conta de que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, sendo a autorização da mesma competência do órgão deliberativo.

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38500**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 9903-A/2025, a celebrar com a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 74.150,02€, os encargos decorrentes da construção de um parque de merendas, no lugar de Vale da Meda, daquela união de freguesias, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo uma informação, datada de 01 de abril em curso, a dar conta de que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
 Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e toda a mesa -----
 Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e todos os vereadores -----
 Cumprimento todos os colegas desta Assembleia Municipal -----
 Cumprimento todos os que nos estão a ouvir através dos meios de comunicação existentes.
 Como sabem, este é um projeto que demorou algum tempo porque é um projeto que vai nascer junto às nascentes do Vale da Meda, junto ao curso de água, e foi necessário passar por vários organismos para eles emitirem os seus pareceres. E vou dar só dois exemplos, a APPA e o ICNF. Como sabem, normalmente, isto são organismos que demoram algum tempo a dizerem se pode ser feito ou não pode ser feito. Isto deriva de todas estas condicionantes, mas o Município nunca abandonou este projeto, fez isto com alguma dedicação e com alguma resiliência, tendo pressionado estas instituições, por várias vezes, e eu acompanhei, e neste momento, temos todos os pareceres aprovados e temos condições. -----
 Penso que se for aprovado hoje, aqui na Assembleia Municipal, dentro de dois ou três meses, podemos iniciar a obra. -----
 Em nome da União de Freguesias da Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, quero dizer aqui, a todo o executivo camarário, o nosso muito, mas mesmo muito, obrigado.
 ----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENÇAS** -----
 ----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL EIRAPEDRENSE – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38454**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o texto de contrato de comodato registado sob o n.º 9969-A/2025, a celebrar com o **Grupo Desportivo e Cultural Eirapedrense**, com sede na Estrada da Giesteira, em Eira da Pedra, da Freguesia de Fátima, deste concelho, com vista à cedência gratuita, em regime de comodato, pelo período de 30 anos, do prédio e suas benfeitorias, sito na referida morada, inscrito na matriz predial urbana da dita freguesia sob o artigo 7140 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 9781, propriedade daquele grupo desportivo, destinado à construção de um pavilhão desportivo e requalificação do espaço. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Caros colegas -----

Não podia ficar indiferente a este ponto da ordem de trabalhos. -----

Queria agradecer à Câmara Municipal e, principalmente, congratular-me pela coragem, porque é preciso coragem para mexer naquele edifício que há mais de 30 anos que está devoluto.

Desde já, obrigado. -----

E, certamente, como já nos habituou este executivo, sairá dali um grande projeto e um bom projeto para, não só os fatimenses, como para todos os Ourienses desfrutarem daquele local.

Obrigado e coragem.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



**02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE
“REGULAMENTO DO PROVIDOR DOS ANIMAIS DO MUNICÍPIO DE OURÉM” – VERSÃO
FINAL** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38465**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea g), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de dezembro de 2024, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 246, do **Diário da República**, no dia 19 de dezembro de 2024, a referida proposta de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 05 de fevereiro último. -----

---- O **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a informação registada sob o n.º 31.372/2025, a anexar a versão final da proposta de regulamento. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38480**, datado de **2025.04.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.07, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta de renúncia da participação do Município na Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento- Associação de Municípios -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 18 de novembro de 2024, a Câmara deliberou solicitar, nos termos da alínea s), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização à Assembleia Municipal, para aderir à associação acima designada, suportando o pagamento de uma quota de 675,10€, relativa ao segundo semestre de 2024, caso fosse concedida a necessária autorização. -----

---- Posteriormente a Assembleia Municipal, em sua sessão realizada a 09 de dezembro daquele mesmo ano, deliberou autorizar o solicitado por este órgão executivo. -----

---- Nesta reunião foi apreciada a informação registada sob o n.º 23.164/2025, do **Chefe da Divisão de Empreendedorismo e Turismo**, a dar conta de que, conforme esclarecimentos prestados pela entidade, o valor da quota anual é de 1.570,00€, correspondente ao pagamento semestral de 785,00€. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 24 do mês findo, que se passa a transcrever: “Neste contexto, o Município de Ourém deliberou aderir à referida entidade, em 9 de dezembro de 2024, conforme autorização emanada pela Assembleia Municipal, assumindo um valor de 675,10 € enquanto quota semestral, referente ao 2 semestre de 2024. -----

---- Neste contexto importa dispor que ainda não foi apresentado ao Município de Ourém a constituição formal da entidade visada pelo Tribunal de Contas, demonstrando a regularidade da entidade com participação pública em assunto. Não obstante o disposto, e face ao



constante no processo, propõe-se que seja desde já comunicada a intenção do Município em sair da participação da referida entidade, devendo tal circunstância ser objeto de deliberação do órgão competente, neste caso, da Assembleia Municipal.-----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.-----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS**-----

----- APROVADO EM MINUTA-----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DO CENTRO INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE ANIMAIS ERRANTES-----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31596**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta de renúncia da participação do Município de Ourém na Associação de Municípios para a gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes.-----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário.-----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através do ofício n.º 34.672/2018, o Ex.mo Presidente da Assembleia Municipal, informou de que aquele órgão deliberativo, em sua sessão ordinária realizada em 28 de setembro de 2018, aprovou o pedido de autorização efetuado por deliberação de Câmara de 20 de agosto também de 2018, para aderir à Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes, conforme prevê a alínea u), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----



---- Posteriormente na reunião de 19 de julho de 2021, a Câmara deliberou aprovar a comparticipação financeira decorrente do contrato-programa que viria a ser celebrado a 22 de agosto de 2023. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 940/2025, do Médico-Veterinário **Fernando Monteiro**, responsável pelo Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes de Proença-a-Nova, a informar de que não está em condições de continuar a exercer as suas funções, pelos motivos que expõe e a solicitar a sua substituição logo que possível. -----

---- O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:-----

- Despacho, datado de 05 de fevereiro findo, do **Senhor Presidente da Câmara**, a incumbir a Divisão de Gestão Financeira de desencadear procedimento com vista à saída do Município daquele centro; -----
- Informação, datada de 07 de março corrente, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que se passa a transcrever: “Face ao exposto, deverá ser solicitado ao órgão deliberativo, autorização para a saída do Município de Ourém da entidade em referência (CIRAE), na sequência de deliberação da assembleia municipal de 28 de setembro de 2018. -----

---- Não obstante o disposto, será de reportar que o Município de Ourém apenas assumiu pagamentos até 2021. Deste modo, será de acordar com a entidade quais os legítimos valores a pagar pela autarquia, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. -----

---- De acordo com o estabelecido em protocolo os valores são os seguintes: 2022 = 14 mil euros correntes e 12 mil euros de capital; 2023 = 7500 euros de despesas correntes; 2024 = 7500 euros de despesas correntes e 7500 euros de despesas de capital. Contudo, a entidade nunca apresentou demonstração da utilização das verbas em referência, note-se que estão em causa comparticipações até aos valores referenciados e não a contratualização de serviços.

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE SEIÇA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31580**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a concessão de isenção do pagamento das taxas, no valor de 15.996,47 euros, correspondentes ao processo n.º 91/2014 (parecer prévio não vinculativo sobre operação de loteamento industrial com obras de urbanização – Zona Industrial de Lameirinha), de que é titular a Freguesia de Seiça. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 2886/2025, da **Freguesia de Seiça**, com sede na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao processo n.º 91/2024 (parecer prévio não vinculativo sobre operação de loteamento industrial com obras de urbanização – Zona Industrial de Lameirinha), de que é titular. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 8206/2025, a referir que as taxas a isentar perfazem o total de 15.996,47€, que inclui a verba de 229,61€, já paga.-----

---- A **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida igualmente sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 17.295/2025, a colocar o pedido à consideração superior. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31610**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a concessão de isenção do pagamento da verba de 1.845,63 euros, correspondentes ao processo n.º 2319/2022 (ampliação e remodelação de pavilhão e construção de muros de vedação e de suporte de terras), de que é titular a Freguesia de Fátima. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 13.357/2025, da **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao processo n.º 2319/2022 (ampliação e remodelação de pavilhão e construção de muros de vedação e de suporte de terras, na Rua dos Portais, em Eira da Pedra, da referida freguesia), de que é titular. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 13.937/2025, a referir que as taxas a isentar perfazem o total de 1.845,63€, que inclui a verba de 230,60€, já paga.-----

---- A **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida igualmente sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 21.445/2025, a colocar o pedido à consideração superior. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
 ----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----
 ----- APROVADO EM MINUTA -----

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ATOUGUIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31616**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 1.701,99 euros, correspondentes ao processo n.º 2865/2022 (alteração e ampliação de equipamento social destinado a creche e jardim de infância, sito na rua de São Bartolomeu, n.º 260, da Freguesia de Atouguia, deste concelho), de que é titular o Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia, considerando o relevante serviço prestado pela instituição à comunidade educativa e social do concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 03 de fevereiro findo, a Câmara deliberou conceder ao **Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia**, o prazo adicional de 90 dias, para que solicitasse a emissão da licença de obras relativa ao processo n.º 2865/2022 (alteração e ampliação de equipamento social destinado a creche e jardim de infância, sito na Rua de São Bartolomeu, n.º 260, da Freguesia de Atouguia, deste concelho).

---- Nesta reunião foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 14.693/2025, daquele centro social, com sede na Travessa do Vale da Chíchara, n.º 2, da referida freguesia, a



solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas referentes ao processo de obras supramencionado, por se tratar de instituição particular de solidariedade social. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 15.293/2025, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar, corresponde ao montante de 1.701,99€, que inclui a verba de 203,70€ (já paga) e a deixar a decisão superior a sua isenção, uma vez que o pedido não tem enquadramento no n.º 6, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, por não se tratar de uma instituição de solidariedade social de utilidade pública. -----

---- Ouvida igualmente sobre a pretensão, a **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 21.504/2025, que se encontra anexa ao processo.

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LIGA DE AMIGOS DA SECÇÃO DE BOMBEIROS DE FREIXIANDA – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE FREIXIANDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31573**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 552,88 euros, relativa à cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, conforme pedido efetuado pela Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 6616/2025, a **Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda**, com sede no Largo dos Bombeiros Voluntários, n.º 1, em Freixianda, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste concelho, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, para a realização do XV Torneio de 24 horas de Futsal, nos dias 18 e 19 de abril próximo. -----

---- Ouvido sobre o pedido, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** prestou uma informação, datada de 21 de janeiro transato, a dar conta de que o pavilhão se encontra disponível e de que a sua utilização tem o custo de 552,88€. -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com a proposta, datada de 17 de fevereiro findo, do **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, sobre a eventual isenção do pagamento do referido montante. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – AXPORTUGAL – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO, ENSINO E PRÁTICA DE XADREZ – CIRCUITO “XADREZ NO MUSEU 2025” – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31624**, datado de **2025.03.28**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.03.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 212,60 euros, no âmbito da realização do Circuito “Xadrez no Museu 2025”, no Auditório do Paço dos Condes. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 115.927/2024, da **AXPortugal – Associação para a Promoção, Ensino e Prática do Xadrez**, com sede na Praceta General Humberto Delgado, n.º 4, 3.º B, da Freguesia de Monte Abraão, do Concelho de Sintra, a questionar sobre o eventual interesse desta Autarquia em acolher o evento supramencionado, propondo três datas possíveis, de forma a poder agilizar o calendário do circuito. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Ação Cultural** exarou no processo uma informação, datada de 05 de fevereiro último, a dar conta de que a atividade terá lugar no dia 28 de junho de 2025, no Auditório do Paço dos Condes, conforme acordado com a associação organizadora, prevendo-se o pagamento de 212,60€-----

---- Termina a remeter a decisão superior a possibilidade de se ceder o espaço gratuitamente, dado tratar-se de uma associação sem fins lucrativos, apesar de ter sede fora do Concelho de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMANDO DISTRICTAL DE SANTARÉM DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 40295**, datado de **2025.04.23**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.04.21, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do



pagamento da verba de 350,79 euros, referente à cedência do Teatro Municipal de Ourém ao Comando Distrital de Santarém da Polícia de Segurança Pública. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciado o relatório de reunião registado sob o n.º 22.632-A/2025, subscrito pelo **Senhor Presidente**, referente ao pedido do **Comando Distrital de Santarém da Polícia de Segurança Pública** (sedeado na Avenida do Brasil, n.º 1, em Santarém), de cedência do Teatro Municipal de Ourém, para comemoração do seu 149.º aniversário, no dia 22 de maio próximo e para a realização do concerto da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, no dia 24 daquele mesmo mês. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 01 do corrente mês, a esclarecer o seguinte: “(...) O valor das taxas a aplicar é o decorrente do art.º 99.º e 100.º do anexo I da tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém: -----

- 1/2 dia (dia 22/05) durante a semana: aplicação do ponto 1.1.3., art.º 99.º (considerando que se trata de uma entidade pública) = 106,30€ +IVA;-----

- 1 dia (24/05) ao fim de semana: aplicação do ponto 2.2.3., art.º 99.º (considerando que se trata de uma entidade pública) = 212,60€ +IVA;-----

- 1/2 dia (dia 22/05) durante a semana: aplicação do ponto 1.1.3., art.º 100.º (considerando que se trata de uma entidade pública) = 31,89€ +IVA; -----

---- TOTAL: 350,79€ + IVA-----

---- Caso se pretenda isentar este pagamento, o assunto deve ser conduzido a assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal (...).” -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.23 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) *o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.*” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária de dezembro, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL